



Felícia Pailleux

“

O meu pai fez 440 dias de trincheira e 2.685 dias de guerra...

Dois porta-guiões... Em 100 anos de história

6

Prémios
Liga dos Combatentes



10

NRP Sagres
Volta ao mundo

16

A revolta do Porto



20

Problemática
da guerra limitada

33

Cristóvão Colón
e a Nossa Senhora do Ó



Conta Solidária Donativos - NIB 0035 0396 0022 0208 9305 8

Do antecedente.....	82.253,05 €
Anónimo (29-01-2020).....	63,00 €
António Esteves Pires.....	20,00 €
António Manuel R.....	50,00 €
Carlos Madaleno.....	50,00 €
Donativos na Capela do FBS - 4.º Trimestre de 2019.....	568,05 €
Fernando Octávio Ferreira Cosme.....	30,00 €
Francisco C. Couto.....	20,00 €
Hernâni da Silva Carvalho.....	13,00 €
José António Rosário Higino.....	20,00 €
Manuel Roldão Fernandes.....	20,00 €
Mário Pereira, Mediação de Seguros.....	84,73 €
Núcleo do Pinhal Novo.....	360,00 €
Saldo em 01-03-2020.....	83.551,83€

NOTA: Devido à extensão dos donativos, a listagem completa encontra-se na página da internet da Liga dos Combatentes em www.ligacombatentes.org.pt



Combatente
Edição n.º 391 - Trimestral - março 2020

Proprietário e Editor:

Liga dos Combatentes
Rua João Pereira da Rosa, 18 - 1249-032 Lisboa
Tel.: 213 468 245
geral@ligacombatentes.org.pt
NIPC/NIF 500816905

Redação:

Rua João Pereira da Rosa, 18 - 1249-032 Lisboa

Diretor:

Joaquim Chito Rodrigues

Conselho Editorial:

Direção Central

Diretor Executivo:

Hélder Freire

Editor (Redação):

Jorge Henrique Martins (CP 7283A)

Copydesk:

António Porteira

Fotografia:

Hugo Gonçalves

Publicidade:

Elisabette Caboz
Tel.: 21 386 90 41 - 91 774 86 89

Secretariado:

Anabela Rodrigues
anabelarodrigues@ligacombatentes.org.pt

Execução gráfica:

Departamento de Informática LC

Impressão:

Lisgráfica, S.A.
Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina - 2730-053 Barcarena
Tel: 214 345 444

Expedição:

Translista, Lda.
Rua Miguel Bombarda, 9 - Queluz de Baixo 2745-124
Barcarena - Tel: 214 266 886
translista@ip.pt

Tiragem:

50.000 exemplares

Depósito Legal:

210799/04
ISSN - 223 582
N.º ERC - 101 525

Estatuto Editorial:

www.ligacombatentes.org.pt/revista_combatente/estatuto_editorial

Capa:

Felícia Pailleux. Foto: Enric Vives-Rubio

A NOSSA HISTÓRIA ALIMENTA O SONHO

O sonho da Liga dos Combatentes materializa-se projetando a sua história centenária no presente e suas circunstâncias, criando as condições necessárias à sua Perenidade no futuro.

Este objetivo estratégico será alcançado, se no presente estudarmos a nossa história, não fugirmos das dificuldades do presente e acreditarmos que o futuro exigirá o cumprimento de uma missão histórica de longo prazo, com o permanente enfrentar de novos desafios, o ultrapassar de grandes obstáculos e contradições. Este sonho exigirá forte liderança, coragem, informação e adesão permanente dos seus Membros a novas características históricas.

A Liga dos Combatentes percorreu uma trajetória de longa duração e comemorará o centenário da sua fundação em 2021, da sua primeira Assembleia-Geral em 2023 e da sua criação oficial em 2024. Avançamos com a História e o Tempo e tivemos um século XX brilhante.

Iniciámos o século XXI, enfrentando condições históricas novas que nos conduziram à implantação de uma gestão moderna e reformista capaz de criar condições à materialização do sonho da Liga dos Combatentes no seu segundo centenário: a Perenidade da Liga dos Combatentes.

A História do século XX da Liga dos Combatentes, embora brilhante ao garantir a sua sobrevivência, viveu períodos distintos, em que ao consolo dos êxitos obtidos, se opuseram dificuldades que só a força dos seus objetivos e dos seus dirigentes e Membros permitiu superar.

A análise do passado histórico permite considerarmos a História da Liga dos Combatentes, se a História se pode dividir em fases, percorrendo quatro momentos com características distintas:

- Nascimento (1921-1934).....14 anos;
- Condicionamento (1935-1974).....40 anos;
- Adaptação (1975-2002).....28 anos;
- Renovação (2003-2020).....18 anos;
Num total de.....100 anos.

Fases que perfazem o seu primeiro centenário:

A **Fase de Nascimento** estende-se desde a sua Fundação (1921), passando pela sua criação (1923) e pela sua oficialização (1924) e a sua Consolidação com agências e delegações espalhadas pelo país, com os seus órgãos eleitos democraticamente, até pouco depois da implantação do Estado Novo. Reforça-se com a integração dos valores morais, materiais, patrióticos e humanitários da Cruzada das Mulheres Portuguesas, da Junta Patriótica do Norte e Comissão dos Padrões da Grande Guerra e das Sepulturas de Guerra. Termina com a presidência de Hernâni Cidade.

A **Fase de Condicionamento** caracteriza-a como um período de intervenção direta do Estado na vida da Liga dos Combatentes, o qual passa a nomear os seus órgãos diretivos, nomeadamente o seu presidente. A Liga continuou a desenvolver os seus objetivos patrióticos e humanitários. Cresceu mesmo, instalando-se nas antigas províncias ultramarinas, mas atuando condicionada politicamente. Termina em 25 de Abril de 1974, sob a presidência do general Arnaldo Shultz.

A **Fase de Adaptação** surge com o 25 de Abril e estende-se até ao final do século. A Liga dos Combatentes, por um lado, retoma o seu figurino original e passa a designar os seus dirigentes democraticamente. Passa, porém, por um período difícil, perdendo núcleos no continente e todos os do ultramar e sofrendo as consequências políticas da situação e dos efeitos da guerra colonial demorando a recompor-se. Assiste-se a alguma recuperação, no final do período, nomeadamente com a inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar e respetivas lápides, em Belém. Termina com a presidência do general Júlio de Oliveira.



Joaquim Chito Rodrigues
Tenente-general
Presidente da Direção Central

A **Fase de Renovação** percorre praticamente o século XXI. É uma fase de crescimento. Fase do lançamento de Programas Estratégicos e Estruturantes que lhe garantiram a criação de Estruturas de Apoio Social, Apoio à Saúde, Apoio Cultural e Patrimonial, criando novos postos de trabalho, aumentando significativamente o número de núcleos e de dirigentes. Foram assim criadas condições para que, sempre com algum apoio dos Governos, a Liga dos Combatentes, como Associação Pública, sem fins lucrativos e de utilidade pública, equiparada a IPSS, com Administração Autónoma do Estado, sob tutela do MDN, garanta o cumprimento dos objetivos de curto, médio e longo prazo. A passagem do Testemunho às novas gerações está em curso.

Avancemos, pois, com os nossos membros combatentes e cidadãos alargando os Horizontes e a Abrangência dos nossos objetivos: Promoção dos Valores e prática da Solidariedade alargados à Defesa dos Direitos Humanos, da Segurança e da Paz.

Honremos os Mortos e lutemos pela Dignidade dos Vivos, como sempre.

A nossa História e esta Divisa, alimentarão o nosso Sonho e garantirão a nossa Perenidade. 🇵🇹

PRÉMIO ESCOLAR “LIGA DOS COMBATENTES” 2018-2019

Instituído no ano letivo de 1935/36, pelo Fundador da Revista “Defesa Nacional”, Comandante José Soares de Oliveira, sendo mais tarde, em 1973, transferida para a administração da Liga dos Combatentes. O presente galardão destina-se a contemplar, anualmente, o melhor estudante finalista (de preferência órfão) ou grupo de trabalho (com o máximo de três elementos), com classificação igual ou superior a 14 valores, pela realização de atividades curriculares no âmbito da Formação Militar ou Educação para a Cidadania, dos cursos ministrados na Escola Naval, Academia Militar, Academia da Força Aérea, Colégio Militar e Pupilos do Exército. Foram contemplados os alunos dos seguintes Estabelecimentos de Ensino:

ACADEMIA MILITAR



Aspirante a Oficial Aluno - **Davide Miguel Sá da Silva**, entregue pelo Major-general Fernando Aguda, Vice-presidente da Liga dos Combatentes a 06 de novembro 2019, por ter sido o melhor classificado do Curso de Cavalaria, tendo obtido uma classificação final de 18,00 valores.

ESCOLA NAVAL



Aluno Guarda-Marinha da Classe de Administração Naval - **André Pombo Ferreira Dias**, entregue pelo Comandante Filipe Horácio Pereira de Macedo Vogal da Direção Central da Liga dos Combatentes na área das Relações Públicas, no dia 08 de novembro 2019.

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA



Aluno n.º 141107-B CADAL/PILAV - **José Pedro Neves da Rocha**, entregue pelo Arq.º Varandas dos Santos, Vogal da Direção Central da Liga dos Combatentes, no dia 31 de outubro de 2019, por ter concluído o 1.º ano com a mais elevada classificação de mérito militar (15,25 Valores).

INST. MIL. PUPILOS DO EXÉRCITO



Aluno n.º 38 - **Gustavo de Jesus Nave Viana Zacarias**, entregue pelo Cor. Lucas Hilário, Secretário-geral da Liga dos Combatentes, no dia 27 de setembro 2019.

ESCOLA DE SARGENTOS DO EXÉRCITO



Furriel Aluno **Rúben Matos Meneses Alarcão**, entregue pelo Coronel Faustino Alves Lucas Hilário, Secretário-geral da Liga dos Combatentes a 30 de outubro 2019, por ter sido o melhor classificado a frequentar o 2.º Ano do 47.º Curso de Formação de Sargentos.

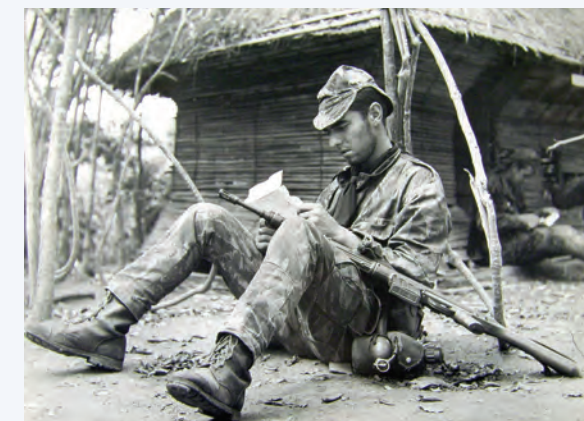
ESTATUTO DO COMBATENTE

HÁ RECONHECIMENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. IMPORTA AVANÇAR NA SOLIDARIEDADE

Houve reconhecimento na Assembleia da República por parte de todos os partidos (Sessão de 14FEV2020) dos sacrifícios e altos serviços prestados a Portugal pelos Combatentes, com consequências dramáticas para muitos, durante a guerra do ultramar (1961-1975). Falta materializar as intenções reveladas por todos os partidos, com medidas concretas de apoio económico, social e à saúde. A Liga dos Combatentes fez propostas concretas.

Os partidos apresentaram propostas de estatuto com medidas concretas. À Comissão de Defesa Nacional compete harmonizá-las e ir o mais longe possível nas medidas de solidariedade a incluir no Estatuto.

Temos razões para acreditar na revisão efetiva da Lei 3/2009 que substituiu a razoável Lei 9/2002. Passemos do reconhecimento à solidariedade efetiva. A proposta do governo necessita de aprofundamento.



A. A proposta de Estatuto dos Combatentes aprovada pelo governo sob proposta do MDN e enviada à Assembleia da República acolhe algumas sugestões da Liga dos Combatentes, designadamente o Dia do Combatente (09 de abril), a atualização do complemento de especial de pensão (de 3,5% para 7% da pensão social), o acesso gratuito a Museus e Monumentos nacionais e a gratuidade do passe intermodal de transportes coletivos de passageiros.

O documento do governo, porém, não considera outras propostas da Liga dos Combatentes tidas como fundamentais, nomeadamente no aprofundamento do Apoio à Saúde e Apoio Social aos Combatentes.

B. A Liga dos Combatentes enviou já ao MDN e partidos da AR, onde irá ser discutido no próximo ano, o Estatuto, as suas propostas não consideradas e que são em síntese:

No que diz respeito a outros benefícios do Cartão do Combatente, para além das duas já consideradas, importa garantir benefícios no apoio à saúde:

1. O Cartão do Cidadão deve conferir ao titular a qualificação de “Titular de Reconhecimento da Nação”;
2. Isenção de pagamento de taxa moderadora nas instalações do SNS;
3. Apoio médico e medicamentoso em doenças raras e crónicas;
4. Apoio médico e medicamentoso sujeito a condição de recursos, após os 75 anos de idade;
5. Proteção jurídica nas modalidades de consulta jurídica e apoio judiciário gratuito em assuntos relacionados com a sua prestação de serviço às Forças Armadas;
6. Acesso, após os 65 anos de idade, aos hospitais das Forças Armadas, nas mesmas condições dos militares das FA's;

7. Inscrição facultativa no Instituto de Ação Social das FA's (IASFA)/Assistência na Doença aos Militares (ADM), após os 75 anos de idade, mediante o pagamento da respetiva quota.

Nota: A idade dos 75 anos é discutível e admite-se poder ser considerada a partir dos 65 anos.

C. No que se refere ao apoio social, para além do reforçado complemento de pensão, já considerado pelo governo, é fundamental garantir a revisão do suplemento especial de pensão e do acréscimo vitalício de pensão, tendo a Liga dos Combatentes proposto que:

1. O montante anual de suplemento especial de pensão atribuído de acordo com os seguintes critérios:
 - a. 50% do salário mínimo nacional na função pública aos Combatentes que detenham uma bonificação de tempo de serviço de 11 meses;
 - b. 75% para tempo de serviço entre 12 e 23 meses;
 - c. 100% para tempo de serviço igual ou superior a 24 meses.
2. As atualizações referidas sejam anuais, progressivas e a atingir em três anos, constituindo uma Programação de Solidariedade Vitalícia.
3. O complemento especial de pensão e o suplemento especial de pensão seriam extensíveis às viúvas de Combatentes;
4. Igualmente foi proposto pela Liga dos Combatentes, que os beneficiários da SS e CGA, cujas pensões forem inferiores ao salário mínimo terem as suas pensões recalculadas, por forma a atingir o valor daquele salário, por fases:
 - a. No primeiro ano 75% do valor do salário mínimo nacional;
 - b. Nos anos seguintes e por cada ano de vigência da lei, incremento de 5 pontos percentuais na percentagem de cálculo do ano precedente,

até atingir o valor do salário mínimo nacional

D. A Liga dos Combatentes considera igualmente:

1. Ser exagerada e discutível a criação dos Órgãos de Nível do MDN, incluídos no Estatuto do Combatente.
2. Que o Estatuto do Combatente deveria ter o título de “Lei do Reconhecimento e da Solidariedade” e como subtítulo “Estatuto do Combatente”;
3. Que deveria ser o Estatuto do Combatente e não Estatuto dos Antigos Combatentes, já que o seu universo é definido na lei; a mesma considera os atuais Combatentes das Operações de Paz e Humanitárias; a Liga dos Combatentes não é só dos antigos combatentes, e o estado de espírito dos combatentes é o que “Uma vez Combatentes, Combatentes Sempre”.
4. Que no sistema de saúde da Liga dos Combatentes (Centro de Estudos e Apoio Psicológico e Social – CEAMPS) e os seus 11 CAMPS deveria ser dado o mesmo tratamento que é dado na proposta do governo ao PADM.

E. Congratulamo-nos por ver a proposta de Estatuto do Combatente com novos passos positivos, que nos dão esperança que, quer a SERHAC/MDN/Governo, quer a Assembleia da República (após a sessão do plenário da AR a que assistimos, com a audição positiva de todos os partidos) poderão na discussão na especialidade atender a estas e outras propostas válidas que surgirão certamente, por forma a que haja uma real reconciliação entre os Combatentes e o Estado.

Será certo que, qualquer verba que seja gasta em apoio dos Combatentes abrangidos pelo Estatuto, diminuirá todos os dias e tenderá para o zero nos próximos vinte anos.

F. A Liga dos Combatentes apela a todos os Combatentes para que apoiem as suas propostas e nos unamos na sua defesa.

General Lemos Ferreira Morreu aos noventa anos

O ex-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) General José Lemos Ferreira morreu aos 90 anos. Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de 1977 a 1984, foi também CEMGFA durante cinco anos, entre 1984 e 1989. José Lemos Ferreira nasceu em Portalegre, em 23 de junho de 1929.



Entrou para o curso de aeronáutica em 1948, frequentou um curso de piloto nos Estados Unidos e desempenhou funções nas bases aéreas de Monte Real e do Montijo. Foi mobilizado para a então chamada Índia Portuguesa, em 1960, e uma década depois estava na Guiné-Bissau, em 1971, já durante a guerra colonial. No dia do golpe de estado do 25 de Abril de 1974 Lemos Ferreira era chefe de repartição do Estado-Maior da Força Aérea e em 1975 é nomeado

subchefe do Estado-Maior da Força Aérea para o Pessoal. No 25 de Novembro, movimento militar que pôs fim ao período revolucionário, esteve da Região Militar Norte, do lado dos “moderados”, com outro militar, Pires Veloso, numa altura em que vários líderes políticos, como Mário Soares, optaram por deslocar-se para o Porto. Na sua longa carreira militar o General Lemos Ferreira foi agraciado com diversas condecorações, com

destaque para a Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, a mais alta ordem honorífica portuguesa.

Ordens Nacionais

Comendador da Ordem Militar de São Bento de Avis; Grã-Cruz da Ordem Militar de São Bento de Avis; Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo e Grã-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito

Medalhas Militares

Medalha de Prata de Valor Militar com Palma; Medalha Militar de Ouro de Serviços Distintos; Grã-Cruz da Medalha de Mérito Militar; Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe; Medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe; Medalha de Mérito Aeronáutico de 1.ª Classe; Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar; Medalha Militar de Ouro de Comportamento Exemplar e Medalha Comemorativa da Campanha - Guiné

Ordens Estrangeiras

Comendador da Legião do Mérito dos Estados Unidos da América; Grande-Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico do Brasil; Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil; Grã-Cruz com Distintivo Branco da Ordem do Mérito Aeronáutico de Espanha; Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Italiana; Grã-Cruz do Mérito com Estrela e Banda da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha Ocidental; Grande-Oficial da Ordem Nacional do Mérito de França; Grã-Cruz da Ordem da Fénix da Grécia; Grã-Cruz da Ordem do Libertador da Venezuela e Grã-Cruz da Ordem de Honra da Grécia.



Faleceu o Presidente do Núcleo de Gouveia da Liga dos Combatentes

Faleceu no passado dia 01 de março de 2020, com 71 anos, vítima de doença prolongada, o Eng.º Manuel António Nogueira Maia, Sócio Combatente n.º 173.550. Cumprido o serviço militar na Guiné de 1972 a 1974 e, desempenhava as funções de presidente do Núcleo de Gouveia da Liga dos Combatentes desde 2016 até ao presente. A Direção Central da Liga dos Combatentes agradece todo o empenho e dedicação à instituição e apresenta à família enlutada os mais sentidos pêsames.

Carvalhal do Sapo Monumento aos Combatentes do Ultramar

Numa cerimónia promovida pela União e Progresso do Carvalhal, foi inaugurado na povoação de Carvalhal do Sapo um Monumento em honra de todos os Combatentes da Guerra Colonial, naturais desta aldeia.

O Monumento homenageia os 25 combatentes, que entre 1961 e 1975, estiveram ao serviço da pátria e que regressaram com vida, sendo 16 de Angola, 5 da Guiné, 1 da Índia, 1 de Macau e 2 de Moçambique. A cerimónia contou com alguns dos combatentes homenageados e seus familiares, com elementos da direção da agremiação promotora do evento, naturais e residentes no Carvalhal, bem como, amigos desta aldeia.

Manuel Moreira, presidente da Assembleia-geral da União e Progresso do Carvalhal, após dar as boas vindas, agradeceu a presença dos que participaram neste momento, assegurando que “para alguns, este dia diz muita coisa”.

Acácio Moreira agradeceu também, a Manuel Martins Luz a colaboração, nesta obra, que referiu “ter aceite a ideia em homenagear os combatentes da aldeia de Carvalhal, que foram à Guerra do Ultramar” e, bastante emocionado, congratulou-se por nenhum



ter perdido a vida em combate.

Terminou agradecendo a todos os que intervieram para que esta homenagem fosse uma realidade.

A festa continuou com o 10.º almoço convívio, que reuniu cerca de 150 pessoas, no recinto junto à antiga escola primária da aldeia, atual sede da União

e Progresso do Carvalhal. Pela tarde, o convívio continuou com músicas e cantares interpretadas por elementos do Grupo de Concertinas Sons de Vilarinho, que muito animaram os presentes neste dia de convívio e confraternização entre os carvalhalenses e amigos do Carvalhal.

LIGA SOLIDÁRIA

Revelou-se um êxito a campanha «Um Euro, Um Lar» que a Liga dos Combatentes lançou, para angariar fundos que ajudassem a construir a Residência São Nuno de Santa Maria, em Estremoz e transformar o Lar dos Filhos dos Combatentes em Complexo Social Nossa Senhora da Paz, no Porto.

Torna-se agora necessário os vossos contributos para a construção de um terceiro lar, logo que haja Programa do Governo.

Contamos convosco



A Viagem do NRP Sagres

O Navio Escola Sagres “ex-líbris” da Armada Portuguesa e repositório navegante de todas as tradições da mui antiga “Briosa” zarpuo do Tejo – o rio que fez Lisboa capital do Reino – e meteu “proa ao mar”, no passado dia 5 de Janeiro. Se tudo correr como previsto estará de volta a 10 de Janeiro de 2021, ou seja 371 dias depois. O actual Navio Escola Sagres foi adquirido em 1962 por 150 mil dólares, tendo feito a primeira viagem com o pavilhão português, em 25 de Abril desse ano. O seu Comandante actual é o Capitão-de-fragata Maurício Camilo. Missão preparada desde há muito, como é mister num evento da importância, exigência e complexidade como este. Dignou-se estar presente na pequena cerimónia que precedeu a partida o Presidente da República. No que, se é permitido dizê-lo, esteve bem. O evento justificava. Acontece que no dia seguinte aparecia em parangonas mediáticas a frase “Marcelo consola os familiares dos que partem”.

Consola os familiares dos que partem? Alguns dos quais apareceram a choramingar frases patéticas. Será isto possível? Como tudo está mudado. E será que para melhor? Vejamos: 142 militares da Marinha (reforça-se o termo militar) – a que se juntaram 50 instrutores da Aporvela e dois investigadores do projecto “SAIL”¹ – vão iniciar uma missão difícil em representação do país, em ambiente de paz, num acontecimento que constituirá uma experiência única e inolvidável nas suas vidas, extremamente marcante e enriquecedora, que deve ser motivo de orgulho e o PR tem de consolar os familiares? Os familiares dos homens (e agora também mulheres) que embarcaram, todos voluntários (e mesmo que não fossem, pois estariam ao serviço do País), estão queixosos e chorosos, em público, por irem estar separados deles mais de um ano? Será que vão

reivindicar apoio psicológico ao Serviço Nacional de Saúde? Estão assim tão doridos por os seus entes queridos irem – gastando uma nota preta dos impostos nacionais (neste caso bem gastos) – dar a volta ao mundo, viajando com uma segurança e qualidade de vida nunca igualada? Uma ponta de orgulho não ficaria melhor? Já repararam que, hoje em dia, quem navega ganha subsídio de embarque, quando sai a barra; tem ar condicionado, beliche individual, duche para tomar banho e cinco refeições diárias? Que o desenvolvimento tecnológico reduziu o grau de incerteza e risco a níveis nunca vistos? Que podem falar diariamente uns com os outros, por satélite? Tem alguma comparação com o que se passava no princípio do século passado, ou até em meados do mesmo século? No século XIX? No século XVIII? Quando o Vasco da Gama foi à Índia pela primeira vez? Quando o D. Fuas Roupinho morreu em combate frente

a Ceuta, em 1170? Percebe-se o ridículo da reacção e das notícias? Continua a ser mais duro trabalhar no mar do que em terra? Pois continua, como o é trabalhar no Ar, no Espaço, numa mina ou a mudar fraldas a doentes terminais. Será por isto que a maioria das pessoas gosta e aspira a não fazer nada ou a trabalhar em frente a uma consola de computador? A importar imigrantes desenfreadamente para virem fazer o trabalho que não se quer fazer? Isto é tão patético que até dói. A Armada (Marinha de Guerra) já tinha tido uma má experiência – e passou a ter relutância em repetir, apesar de ser tradição – em fazer uma despedida pública de navios com a Banda da Armada a tocar, quando foi surpreendida por um choro convulsivo de familiares de oficiais, sargentos e praças, quando uma fragata (creio que a Roberto Ivens) partiu para o Mediterrâneo Oriental, ao tempo da 1.ª Guerra do Golfo (a memória é um dom que faz muita falta!)



e agora tivemos uma segunda edição lamentável do mesmo filme? Como fazer um País com gente desta? Que Sociedade é que temos andado a criar? O PR tão pronto em elogiar todas as qualidades do povo português – nós percebemos que é preciso “puxar para cima”, mas não convém que o ridículo e a inadequação matem o princípio - não tem uma palavra de condenação ou de pedagogia, perante comportamentos censuráveis? Na apetência dos votos ou na paranóia dos “carinhos”, vale tudo? A viagem do Navio Escola Sagres – vai ser a maior das três que já fez à volta do mundo, com 76.410 km e 6.782 horas de navegação – tendo previsto visitar 22 portos de 19 países, incluindo 12 cidades da “rede mundial de cidades Magalhânicas”. Esta viagem irá servir para instruir, a dada altura, cadetes da Escola Naval que serão os futuros oficiais da Marinha Portuguesa; irá ter funções diplomáticas importantes; mostrar a Bandeira das Quinas aos povos do mundo; manter o contacto

com as comunidades portuguesas no estrangeiro; lembrar a povos e terras a importância de que “portugueses já foram”; levar a bandeira portuguesa que participará nos jogos olímpicos de Tóquio e participar nas comemorações da descoberta do Estreito de Magalhães e garantir capacidades que depois de perdas, se vão, ou dificilmente se recuperam.

Ora tudo isto representa um conjunto importante de realizações para a Nação dos Portugueses e justifica plenamente o dinheiro e eventuais sacrifícios que acarrete. Para já não falar da justificação comemorativa e simbólica que lhe serve de mote, a primeira viagem de circun-navegação da terra, pensada, projectada e quase totalmente completada por um português, o grande marinheiro, navegador e combatente Fernão de Magalhães.

E só lamentamos que o não tenha feito em nome da Coroa Portuguesa, por razões que parecem ainda não estarem completamente dilucidadas.

Como lamentamos a má preparação do início das comemorações que a falta de entendimento entre os governos português e de Espanha provocou neste âmbito.

E só Deus sabe quanto lamentamos as responsabilidades que nos possam caber. Porque com os espanhóis nós não gostamos de perder nem a feijões (eu pelo menos, não gosto). Mas quer percamos ou ganhemos, nunca sem razão! Por tudo isto, algo está podre no Reino de Portugal (não no da Dinamarca)... “Navegar é preciso, viver não é preciso” e “tudo vale a pena se a alma não é pequena”, dizia um dos poetas maiores da nossa Grei. Parece, pelas notícias que têm vindo a público, que a Alma tem vindo a acolher. Muito. ■

¹ SAIL - Estudo pioneiro de eletricidade atmosférica em ambiente marinho e dos efeitos das alterações climáticas.

APORVELA - Assoc. Port. do Treino de Vela.

Núcleo de Loures da Liga dos Combatentes Um pouco de História



José da Silva Marcelino Martins

Não há referência a qualquer estrutura de combatentes na vila de Loures, aquando da inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, em 8 de dezembro de 1929.

Da documentação que nos foi possível consultar, existe um documento manuscrito, datado de 22 de dezembro de 1934, em que o Delegado de Odivelas expõe, à Delegação de Loures da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), a situação de combatentes e viúvas que vivem com necessidades, nas freguesias de Odivelas, Póvoa de Santo Adrião, Caneças e Bucelas. Revela-se já uma estrutura que faz o “trabalho de campo”, com objectivos assistenciais.

Consultados os “Relatórios de Gerência da LCGG, encontramos no ano de 1934/1935, no Mapa n.º 10, referência ao seu primeiro presidente, o Major Médico Adolfo Ernesto da Cunha Mota. No relatório referente a 1937, a Dele-



Inauguração do Monumento aos mortos da Grande Guerra

gação de Loures já não consta na lista das Delegações em actividade. Ficamos sem saber, ainda, a data da criação desta delegação, assim como os membros que constituíram a primeira Comissão Administrativa e o local da sua sede. Dado o presidente ser médico, com residência e consultório na Rua Fria na vila de Loures, é possível que a sede tenha funcionado nesta morada.

Em 1 de abril de 1939, toma posse uma Comissão Administrativa, composta por 2.º Sargento Vítor Hugo Pereira da Silva, presidente; 2.º Sargento José Marques Raso, tesoureiro; e 2.º Sargento Bernardino Gonçalves Monteiro, secretário, que assume a reorganização e a direcção da Delegação de Loures. Assim se inicia uma segunda

fase desta estrutura, que tem a sua Sede na Avenida da República, não indicando o número, em Loures.

A Comissão Administrativa editou, em 1951, um documento em que prestava contas, desde a sua tomada de posse até ao dia 31 de Dezembro de 1950. A partir deste “relatório” há um “vazio”, interrompido pela tomada de posse, em 9 de abril de 1955, de uma nova Comissão Administrativa, já instalada no Edifício da Câmara Municipal de Loures desde Novembro de 1947.

Os empossados são o 2.º Sargento Vítor Hugo Pereira da Silva, presidente; 2.º Sargento José Marques Raso, tesoureiro; que transitam da anterior gestão, sendo novo o Soldado Adolfo da Silva Tavares, secretário. Esta terceira fase só tem início em 21 de janeiro de 1956, quando se lavra a primeira ata. Devido a falecimento do titular, tomaram posse no cargo de secretário o 2.º Sargento Miguel de Almeida Pais Condeso, em 9 de Abril de 1957 e, sucessivamente, o Soldado Servente de Artilharia Marcelino Borges, em 30 de dezembro de 1960, e o Sócio extraordinário José Ramos Nunes Fernandes, no dia 30 de dezembro de 1962.

Não há registos desde a Ata de 5 de junho de 1963, até a tomada de posse de 14 de fevereiro de 1966, em que



Sede na Avenida da República

assumem a Delegação de Loures da LCGG, instalada na Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 10, em Loures, o 2.º Sargento José Simões Saramago, presidente; o Soldado Franquelino da Silva Ferreira, tesoureiro; Soldado Fernando da Conceição Amado, secretário; e 1.º Cabo António Nobre Luís, vogal. Foi esta Comissão Administrativa, constituída já com combatentes da Guerra do Ultramar, além do presidente, que geriu a Delegação de Loures até 20 de janeiro de 1972, data em que apresenta a sua demissão, em bloco, solicitando a intervenção da Comissão Central Administrativa, para a nomeação de uma nova Direcção.

A Delegação de Loures, desde o seu início, teve como preocupação principal prestar assistência aos seus sócios combatentes e viúvas destes, apoiando os mesmos quer através de pensões ou subsídios, quer com a ajuda na doença e, no final da sua vida, ajudando as famílias a suportar as despesas com o funeral, tal como se verifica pelo documento de 1934 e as atas existentes

A Delegação de Loures da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, foi extinta temporariamente em 10 de maio de 1974, através do ofício n.º 2124 da Comissão Central Administrativa, tendo sido “determinado que, até nova ordem, os assuntos relativos à Delegação de Loures da Liga dos Combatentes passariam a ficar a cargo da Agência de Lisboa”.

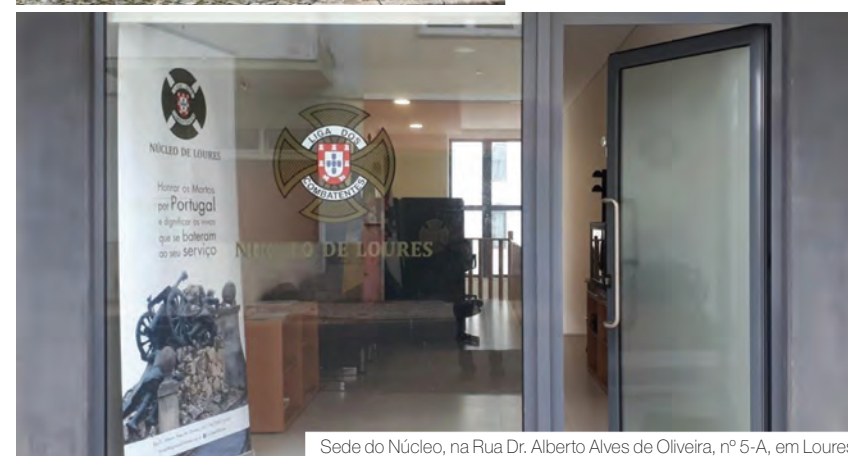
Cerca de 40 anos depois, em reunião de 23 de junho de 2015, a Direcção Central da Liga dos Combatentes, aprova a constituição da Comissão Administrativa para reativação do Núcleo de Loures, conforme Ofício n.º 001473, de 16 de Julho de 2015, que passou a contar com os sócios Major José António Cabral Carreira Coelho, presidente; Sargento-Chefe Jorge Lopes Cordeiro, secretário; Sargento-Ajudante Vítor Manuel de Almeida, tesoureiro; Tenente-Coronel Rui Miguel Costa Peixoto e 1.º Sargento José Augusto Pereira de Sousa, 1.º e 2.º vogais. Também exerceram cargos durante os anos da instalação do Núcleo, os



Sede instalada no edifício da Câmara Municipal de Loures



Sede na rua Dr. Manuel Arriaga, em Loures



Sede do Núcleo, na Rua Dr. Alberto Alves de Oliveira, nº 5-A, em Loures

sócios Capitão Fernando Laureano, Tenente-Coronel Firmino José Mata Simão, Sargento-Mor Etelvino Serras Aparício e Sargento-Ajudante António José Henriques Rosa.

A Sede do Núcleo, na Rua Dr. Alberto Alves de Oliveira, n.º 5-A, em Loures, ocupa um espaço cedido pela Câmara Municipal de Loures, foi inaugurada em 22 de junho de 2019 e onde a atual direcção foi eleita em 29 de junho para o triénio 2019-2021, tomando posse a 13

de setembro de 2019, tem a seguinte constituição: Tenente-Coronel Firmino José Mata Simão, Presidente, Tenente-Coronel Manuel Maria de Sousa Fernandes Dias, Secretário, Sargento-Mor Etelvino Serras Aparício, Tesoureiro, Tenente-Coronel Rui Miguel Costa Peixoto, 1.º Vogal, Sargento-Ajudante António José Henriques Rosa, 2.º Vogal e ainda dois vogais suplentes Tenente-Coronel José Correia André e Sargento-Chefe José Luís Delgado Dinis. 🇵🇹

Dois porta-guiões em 100 anos de história



Jorge Henrique Martins

Felícia Pailleux, a presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes de Lillers, em Pas-de-Calais, França, há quatro décadas que tem levado o porta-guião para as cerimónias anuais no cemitério militar português de Richebourg L' Avoué e no monumento aos mortos da Grande Guerra, em La Couture, no norte de França.

O seu pai, João Manuel da Costa Assunção era oriundo de Ponte da Barca, tendo aos 22 anos de idade deixado Portugal, para ingressar no Corpo Expedicionário Português, onde desembarcou em Brest, em 1917, para chegar a Aire-sur-la-Lys via Rennes, Rouen, Amiens e Ambleteuse, antes de chegar à linha da frente, na área de Armentières.

E foi por terras francesas que se apaixonou e encontrou o amor da sua vida, Mélanie, uma francesa que

Felícia Glória d'Assunção Pailleux, nasceu a 5 de abril de 1926 e é a terceira de 15 filhos, de um soldado do Corpo Expedicionário Português, sobrevivente da Batalha de La Lys durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que depois da guerra escolheu viver em França, por amor.

morava numa granja a 15 quilómetros da frente de batalha. Casaram-se em 1920 e tiveram 15 filhos.

Quando a guerra terminou, João Manuel da Costa Assunção “ainda foi até ao barco para regressar a Portugal, mas voltou para trás” e foi bater à porta da avó de Felícia, onde ficou a dormir no corredor até se casar com Mélanie.

“Éramos 15 crianças, era preciso trabalhar. O papá partiu muito cedo por ter trabalhado muito, fazia muitas coisas”.

Felícia Glória d'Assunção Pailleux nasceu portuguesa em França, mas só foi naturalizada francesa aos quatro anos, quando o pai adquiriu a nacionalidade daquele país.

“Como não tinha dinheiro, foi trabalhar nas minas, e todos os dias ia vestido de soldado, depois, montou uma oficina de bicicletas com outros portugueses e trabalhava ao mesmo tempo nas minas e na oficina. O meu pai fez 440 dias de trincheira e 2685 dias de guerra”. Em

2004, Felícia Pailleux obteve a nacionalidade portuguesa, mas nunca aprendeu a língua por imposição da mãe, porque “todas as pessoas da aldeia queriam que os portugueses partissem”.

“
Éramos 15 crianças,
era preciso trabalhar.
O papá partiu
muito cedo por ter
trabalhado muito,
fazia muitas coisas.

Em 13 de novembro de 2010, o estandarte do Núcleo em Lillers foi entregue por Felícia Pailleux ao museu da Liga dos Combatentes.

João Assunção desempenhou as funções de tesoureiro daquele núcleo da Liga em França, criado em 1929, onde foi porta-guião da instituição em Lillers tendo depois, Felícia Assunção Pailleux, assumido essa missão após a morte do seu pai em 1975, aos 80 anos de idade.

Atualmente, Felícia Pailleux, de 93 anos, continua a preservar a História e a garantir a perenidade da condição de filha de Combatente português, como porta-guião da Liga dos Combatentes, em memória dos portugueses caídos durante a Primeira Guerra Mundial.

Felícia com o Guião da Liga dos Combatentes.



Entrega à Liga dos Combatentes por Felícia Pailleux, do Guião do Núcleo de Lillers utilizado pelo seu pai em França

Concessão da Medalha da Defesa Nacional, de 4.ª classe a Felícia Glória da Costa Assunção Pailleux Portaria n.º 236/2018

Por todas estas virtudes, em prol da Liga dos Combatentes e dos militares portugueses, o ministro da Defesa Nacional decidiu atribuir a medalha da Defesa Nacional a Felícia Glória d'Assunção Pailleux, nos seguintes termos:

“Louvo, por proposta do Presidente da Liga dos Combatentes, Felícia Glória da Costa Assunção Pailleux pela forma determinada como ao longo dos últimos vinte anos tem pugnado pela evocação do esforço dos militares portugueses que em França serviram Portugal no Corpo Expedicionário Português (CEP), na Grande Guerra 1914-1918, em particular junto da comunidade francesa de Lillers, agregando assim a comunidade portuguesa residente na região. Nascida em 1926 em França, Felícia Pailleux, filha de um combatente português do CEP que naquele país se radicou no final do conflito, progressiva e continuamente vem garantindo a perenidade da condição de filha de Combatente Português, ultrapassando a fronteira da recordação familiar e agregando ao seu designio pessoal a comunidade portuguesa que habita em Lillers e seus arredores. Porta-bandeira da Liga dos Combatentes (LC) há vinte anos, representando-a nas cerimónias Portuguesas e Francesas que por ocasião dos eventos militares do «9 de Abril» se realizam em Richebourg e Lacouture, prestigiou Portugal, como cidadã portuguesa e como associada da LC, regulando o seu procedimento público pela disponibilidade, dedicação ao Combatente português que lutou em França e no orgulho com que patenteia a honra de ser descendente de militar português. O especial empenho com que Felícia Pailleux caracteriza a sua devoção na resposta ao apelo de conservar a memória dos feitos portugueses, conduziu a que seja a Presidente dos Combatentes Portugueses de Lillers, Representante Portuguesa da Batalha de La Lys, Membro da Sociedade Patriótica de Lillers e Membro da União Franco Portuguesa, sempre na ótica de bem representar Portugal e de afirmar orgulhosamente a sua ascendência de filha de Combatente.

A elevação espiritual que a motiva em favor de Portugal, a competência e sobriedade marcante como representa o País a que por nacionalidade pertence, o extraordinário desempenho que a norteia nas cerimónias em que participa em favor dos «Homens do CEP de La Lys», tornaram-na um símbolo e referencial na estima que lhe creditam os portugueses residentes em França. Pelas relevantes qualidades pessoais anteriormente referidas, é de toda a justiça que se considerem relevantes os serviços que Felícia Glória da Costa Assunção Pailleux tem vindo a prestar ao País e à Liga dos Combatentes, sendo digna de reconhecimento por contribuir significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento dos objetivos atribuídos à Liga dos Combatentes e à missão do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º, atento o disposto no artigo 25.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º, no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha da defesa nacional, de 4.ª classe, a Felícia Glória da Costa Assunção Pailleux.

21 de março de 2018. - O Ministro da Defesa Nacional, José Alberto de Azere de Ferreira Lopes

A Revolta do Porto - Histórias Caladas



Ernesto da Silva Coelho

Sargento-mor da GNR. Mestre em Estudos Linguísticos e Culturais e Licenciado em Ciências da Cultura pela Universidade da Madeira

Em A Ilustre Casa de Ramires, Eça de Queirós retrata o dilema do Ultimato Inglês e da Revolta do Porto, ocorrida em 31 de janeiro de 1891. As críticas ao rei D. Carlos, por ter cedido perante as exigências Britânicas acentuaram-se e a liberdade de imprensa foi amordaçada.

As manifestações fizeram-se ouvir em todo o país, desde o meio académico, ao literário e militar. Essa cedência portuguesa foi considerada uma humilhação nacional, o que gerou um sentimento antibritânico. Promoveram-se reuniões, comícios e várias ações de protesto. As contestações cimentaram-se, através de publicações provocadoras. Guerra Junqueiro apelida a Inglaterra de “monstro daninho”, “ladrão”, “raça assassina” (Rita/Vila Maior, 2011: 81).

Outras ações de protesto foram tomadas: O envio de uma mensagem a estudantes dos países que subscreveram a Conferência de Berlim; a cobertura da estátua de Camões com panos negros; a devolução ao governo inglês de títulos que personalidades nacionais tinham recebido do governo britânico; personalidades literárias deixaram de utilizar termos britânicos na língua portuguesa (ex.: meeting e club); fomentou-se um boicote às mercadorias oriundas da Grã-Bretanha; a Maçonaria tentou realizar um presépio aos monumentos de Camões e de Vasco da Gama; fundou-se uma comissão da Grande Subscrição Nacional, que visou a aquisição de um cruzador para combater as tropas britânicas

e formou-se a Liga Patriótica do Norte, com a presidência de Antero de Quental. “A reação ao ultimato britânico de 11 de janeiro de 1890 fez tremer uma monarquia com sete séculos de história” (Soares, 2015: 28-29):

A Portuguesa, da autoria de Henrique Lopes de Mendonça, oficial da Armada Nacional, e com a composição de Alfredo Keil, marcou mais um protesto contra o Ultimato Inglês. O regime monárquico proibiu a divulgação de esta composição musical. Contudo, em 1911, após a proclamação da República é oficializado, como Hino Nacional.

A elite da nossa sociedade encontrava-se ferida no seu orgulho. O movimento revolucionário do Porto serviu-se de jornais como “A Pátria”, “A República Portuguesa” e “A Justiça Portuguesa”. A residência do redator de este periódico foi utilizada para reuniões com Sargentos da Guarda Fiscal (Chagas/Coelho, 1901: 71). Foram publicadas várias cartas de militares que apelam ao sentimento de patriotismo, à revolta e dão vivas à República. Há uma estimativa de 5.000 militares, alegadamente, disponíveis para marcharem sobre Lisboa. A publicidade sobre a revolta fez-se sentir, e sem reservas. “A mãe-pátria agoniza. É preciso que seus filhos a salvem sem demora” (Idem: 46). Surgiu uma consciência nacional, sobre uma revolta que eclodiu na cidade invicta. “O conflito anglo-português de 1890 foi a causa única da revolta do Porto” (Idem, Capítulo I: 1). A comunidade internacional dava como certa a queda da monarquia em Portugal (Idem: 196).

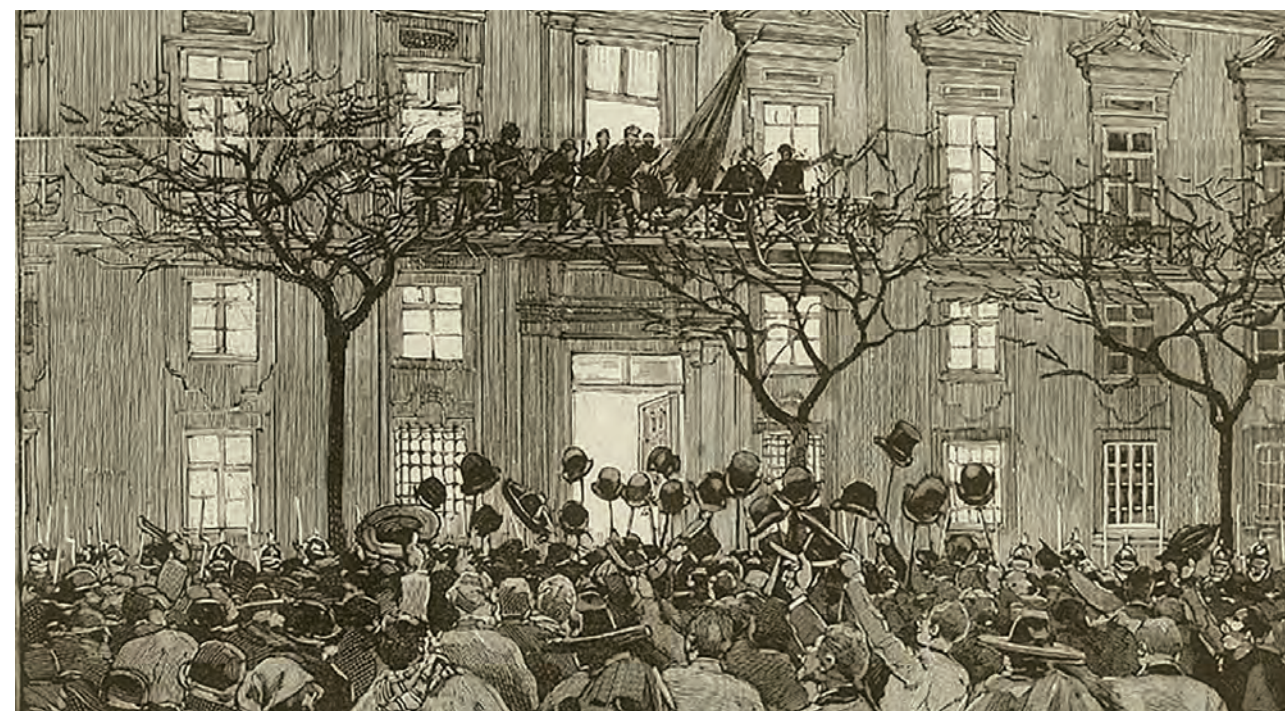
Um ano após a data do Ultimato Inglês, surgiu na cidade do Porto um movimento republicano. A revolta apresentou uma vertente civil composta por Augusto Manuel Alves da Veiga (advogado), José Pereira de Sampaio (jornalista), João Chagas (jornalista e membro do governo durante a 1ª República. Fez

parte do grupo de trabalho que criou a atual Bandeira Nacional), Santos Cardoso (jornalista), Miguel Verdial (ator), João Pais Pinto (padre) e Basílio Teles (economista), (Serrão, 1979-1995: 46).

O Grande Oriente Lusitano desempenhou um papel ativo na revolta, bem como o seu braço armado, a Carbonária. O templo maçônico serviu de local de reuniões preparatórias para o movimento. Nestes planeamentos operacionais estiveram presentes oficiais de todas as Unidades militares do Porto, incluindo da Guarda Municipal (Chagas/Coelho, 1901: 88). Foram julgados em Conselho de Guerra vinte e dois civis, dos quais, dois pertencem à maçonaria. Os carbonários apresentaram-se como o exército secreto da República, cujos operacionais designam-se por primos. Uma revolta iniciada por Sargentos em comunhão com o diretório republicano de Elias Garcia, Grão-Mestre da Maçonaria.

Vários oficiais deram apoio ao movimento. No entanto, hesitaram e aderiram apenas o Capitão António de Amaral Leitão, o tenente Manuel Maria Coelho e o Alferes Augusto Rodolfo da Costa Malheiro. “Estão de igual modo comprometidos alguns oficiais de infantaria nº.18” (Serrão, 1979-1995: 34). As forças revoltosas dispunham do apoio de oficiais superiores, inclusivamente de um oficial general. Aqueles, apenas têm conhecimento da revolta, quando a mesma já estava a decorrer. Por imperativo foi necessário antecipar o movimento, porque o quartel-general já tinha ordenado a transferência de “oficiais inferiores” — Sargentos (Chagas/Coelho, 1901: 225).

Santos Cardoso, na “Justiça Portuguesa”, narra que a rebelião se baseou numa conspiração dos Sargentos (Chagas/Coelho, 1901: 95). Os republicanos e a maçonaria aproveitaram o descontentamento que existia na classe de Sargentos, devido a irregularidades



verificadas na ascensão da carreira profissional e nos respetivos vencimentos, para aliciá-los a aderirem ao movimento revolucionário. O periódico “O Sargento” apresentou-se como o meio utilizado para a divulgação desta insatisfação que havia no meio militar.

Ocorreram conflitos no interior dos quartéis, incluindo gritos de traição e tiros para o ar, o que levou à fuga de alguns militares. As forças encontravam-se divididas. Algumas não aderiram ao movimento por atuação dos respetivos comandantes. “A noite negra do “traidor Castro” [...] O “Sargento Castro traiu” os seus camaradas, denunciando a data e hora da revolta (Abreu, 1012, Capítulo XVII). Segundo o testemunho de alguns sargentos no Conselho de Guerra foi o “sargento-ajudante de infantaria 18, Castro”, o principal impulsor do movimento e depois “traiu” os seus camaradas (Chagas/Coelho, 1901:123). Contribuiu para que comandantes tivessem dissuadido mais forças aderentes ao movimento, incluindo, parte do Regimento de Infantaria 18. As tropas leais à monarquia constitucionais organizaram-se com o objetivo de neutralizar os revoltosos.

Pelas duas horas, numa fria e nebulosa noite de inverno, as tropas mar-

charam desde os quartéis em direção ao Campo de Santo Ovídio. A cidade do Porto despertou ao som da “banda de infantaria 10. Tocava A Portuguesa, essa bellíssima e patriótica composição de Alfredo Keil.” O povo abriu as janelas, acenou e num ápice uma enorme multidão acompanhou as tropas da revolta. “Os revoltosos” são aclamados como heróis. As vivas à República misturaram-se com gritos de júbilo e de entusiasmo. O povo com regozijo contagiante clamou: “- vão proclamar à República!” “Não são apenas os homens que se entusiasma com a revolução; as senhoras adejaram com seus lenços às tropas, a manifestar-lhes que a República está no espírito de todas e que essas forças merecem as suas mais acrisoladas simpatias.”

Na Câmara Municipal do Porto, uma bandeira de cor vermelha, de fundo verde, com as seguintes inscrições: “Centro Democrático Federal 15 de Novembro” cumprimentou a República, em homenagem à implementação do regime republicano no Brasil, em 15 de novembro de 1889.

Alves Veiga, perante um mar de pessoas, proclamou a República e indicou os nomes que constituem o governo provisório. Ao som de a Portuguesa

os Regimentos sob o comando de um Capitão, de um Tenente e de um Alferes continuaram a marchar pelos ideais defendidos e por um novo regime político.

Porém, a Guarda Municipal, o Regimento de Infantaria 18 e os militares da Guarda Fiscal, que não aderiram ao movimento, tomam uma forte posição defensiva. Do meio de Infantaria 10 surgiram dois tiros, disparados para o ar. Seguiu-se um pequeno lapso de tempo!

Uma descarga sobre a Guarda Municipal, a que esta retorquiu com fogo cerrado. Caíram os primeiros mortos e feridos. Houve uma debandada geral (cf. Crespo, 1982: 16). Os esforços do Capitão Leitão não são reconhecidos! – “Rapazes não atirem! São nossos amigos!” (Chagas/Coelho, 1901: 9). Os combates iniciaram-se junto à Casa dos Banhos. Na Rua de Santo António, os republicanos foram esmagados pela cavalaria e os confrontos armados expandiram-se para a atual Praça da República. Os revoltosos refugiaram-se na Câmara Municipal do Porto. De nada serviu, o edifício foi bombardeado! Os confrontos prolongaram-se até por volta das 14 ou 15 horas.

As tropas aderentes ao movimento republicano foram derrotadas pelas forças comandadas pelo Coronel João de

Lencastre e Menezes, conhecido por Cabanelas. Desta forma, a revolta militar foi vencida e cai por terra a primeira tentativa de implementar em Portugal o regime Republicano.

Na cidade do Porto foram cancelados todos os direitos individuais durante 30 dias, o que permitiu às autoridades prenderem qualquer pessoa sem culpa formada (cf. “Diário Ilustrado”, 2 fevereiro 1891: 1). Passado um mês, essa interrupção da liberdade individual é prorrogada (cf. Idem, 28 fevereiro 1891: 2). São suspensos todos os jornais e periódicos que publiquem artigos contra a segurança do Estado (cf. Idem: 2). “A República”, a voz do Partido Republicano, na sua edição de 31 de janeiro, não fez qualquer alusão à rebelião e não foram encontradas as edições seguintes, pelo que talvez tenha reiniciado a publicação dois meses após esta revolta.

Parece que o poder governamental sentiu a necessidade de ocultar factos à História, pois estava sob pressão dos compromissos financeiros assumidos perante as entidades bancárias britânicas. No final do séc. XIX, o povo português era vítima de um fardo fiscal

penoso e de uma irresponsável dívida pública, sobrevivendo ao decadentismo, à ausência de liberdade e apenas encontrava esperança na emigração.

É provável que as forças armadas aderentes à revolta tenham sido as seguintes:

- Regimento de Infantaria 10; Batalhão de Caçadores nº. 9; “vinte e tal” do Regimento de Infantaria 18 e um Destacamento de Cavalaria (Chagas/Coelho, 1901: 293);

- Batalhão nº. 3 da Guarda Fiscal (GF): 186 militares de infantaria e de cavalaria, incluindo 7 sargentos que foram presentes em Conselho de Guerra (Júlio Aires Crespo, Capitão (1982). A Guarda Fiscal na Revolta do Porto. Revistas da Guarda Fiscal nº. 4; 5 e 6. In <http://guardafiscal.org/> (consultado em 22 de novembro de 2011); 87 militares pertencentes ao efetivo da 5ª. Companhia; Secção Fiscal do Pinheiro; Secção Fiscal da Boa Vista e parte da força da 5ª. Companhia”. Talvez, não aderiram à revolta, apenas militares de Unidades e Subunidades localizadas na cidade do Porto. Feliciano da Conceição foi condenado em Conselho de Guerra. Este militar pertencia à 4ª. Com-

panhia (à altura dos factos, com sede em Chaves), do Batalhão nº. 3 da Guarda Fiscal (Crespo, dezembro 1982: 6).

O Boletim da Guarda Fiscal nº. 1 de 1891 publicou uma Portaria do Ministério dos Negócios da Fazenda, a qual transcreveu um louvor atribuído pelo rei D. Carlos I, aos oficiais e praças do Batalhão nº. 3 da Guarda Fiscal, por terem auxiliado “as tropas fieis na sufocação da revolta militar” ocorrida no dia 31 de janeiro o mesmo ano. No entanto, este diploma de louvor exclui as “praças que guarneciam as Secções Fiscais do Pinheiro e da Boa Vista e ainda parte da força da 5ª. Companhia” do mesmo Batalhão (Crespo, junho 1982: 9-10). Assim sendo, podemos concluir que estas Subunidades da Guarda Fiscal participaram na mesma revolta armada (cf. Crespo, setembro 1982: 15).

Tendo em consideração as Unidades e Subunidades envolvidas, poderemos indicar como estimativa, uma participação superior a 1.000 militares.

A verdadeira dimensão do confronto armado pode ter sido ocultada pelas entidades governamentais, conforme informação de diversas notícias publicadas



na época, em periódicos não censurados pelo poder político e governamental:

“Correu muito sangue. Há muitas vítimas entre os que se mantiveram fieis à sua bandeira e à causa da ordem pública,” incluindo 11 populares (cf. Diário Ilustrado, 1 fevereiro de 1891: 2 e 3); Na publicação do dia seguinte, foram contabilizados 8 mortos e cerca de 3 dezenas de feridos. “Consta, porém, que ainda há mais mortos” (Idem, 2 fevereiro de 1891: 2); O mesmo periódico documenta que “o número de mortos ascende a 100” (Idem, 5 fevereiro 1891: 2).

Estórias proferidas por populares afirmaram que “foram sepultados centenas de corpos em vários cemitérios” (Abreu, 1912, Capítulo XX). “Em todos os rostos havia um ar dolorido, lutuoso, produzido pelos boatos que corriam, anunciando grande número de mortes.” Perante as incertezas acerca do número de falecidos, poderemos concluir que o governo ocultou a realidade dos acontecimentos.

Foram recuperadas e guardadas no Quartel-general 207 armas e vários equipamentos. Também, a realização de buscas culminou com a apreensão de armamento e uniformes, incluindo um de oficial da Guarda Fiscal (Crespo, setembro de 1982: 18). Segundo uma informação policial, os despojos dos revoltosos são vastos e variados. Em alguns casos excede uma centena de unidades.

Eça de Queirós grafa no romance

histórico já referido, o qual também apresenta várias passagens narrativas de cariz político, sobre a personagem Casco, o que gera alguma interrogação no leitor desvinculado de os acontecimentos históricos ocorridos na época.

- É que está lá a mulher do Casco a levantar uma celeuma [...]. Apareceu aí por baixo da água, com os pequenos, até um de mama. Quer por força falar com o senhor doutor. E não se cala, lavada em lágrimas, de joelhos com os filhos, que é mesmo uma Inês de Castro! (Queiroz, 1900: 159).

- Veio por baixo de água. Até um dos pequeninos está bem doentinho, ainda não fez senão tremer... (Idem: 160).

- Ai, meu rico senhor, tenha compaixão! Ai, que me prenderam o meu homem, que mo vão mandar para África degredado! (Idem: 161).

Do mesmo modo, os revoltosos do “31 de janeiro” sonharam com a liberdade do Casco. A liberdade da personagem Casco pode simbolizar metaforicamente a prisão de cerca de quinhentos revoltosos, no casco de três navios fundeados ao largo de Leixões, à espera para serem interrogados e sentenciados pelos juizes que constituem o Tribunal Militar:

Dos participantes na revolta militar, 505 militares e 22 civis foram presentes a Conselho de Guerra. O tribunal funcionou no vapor Moçambique, na corveta Bartolomeu Dias e no navio

India que permaneceram fundeados ao largo de Leixões. As condenações variaram com prisão até 10 anos e 15 anos de degredo em África.

Alguns dos Sargentos condenados no tribunal militar são os seguintes: 1º. Sargento Duarte Alcoforado, 1º. Sargento Abílio de Jesus, 1º. Sargento Augusto Carvalho, 2º. Sargento Joaquim Galho, 2º. Sargento José Silva, 2º. Sargento Eduardo Correia e 2º. Sargento Abílio Cardoso. Os pioneiros da República, não tiveram direito a um julgamento no solo da Pátria, onde sentiriam outro apoio familiar e popular.

Por Decreto nº. 8001, de 30 de janeiro de 1922, foi atribuído o grau de Oficial da Ordem de Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito ao Batalhão nº. 3 da Guarda Fiscal, pela sua participação na Revolta de 31 de Janeiro.

O Ultimato Inglês de 1890 promoveu a Revolta dos Sargentos. “A derrota – memorável pelo rasto quase épico que deixou” apadrinhou as cores do estandarte aceite pelos republicanos, pois os “sublevados”, declinaram as cores azuis e branca, adotadas pela monarquia liberal (Rita/Vila Maior, 2011: 16).

Por tudo o que está aflorado, no dia 31 de janeiro de 1891, quiçá não despontou uma aventura nortenha, mas sim uma verdade calada pelas entidades públicas de então e o berço dos atuais símbolos nacionais. ■



PROBLEMÁTICA DA GUERRA LIMITADA



Joaquim Chito Rodrigues
Tenente-general

A GUERRA LIMITADA

A Realidade da História

A História afirma que a Guerra é inevitável. Guerras suceder-se-ão enquanto o homem for homem.

Afirmar isto, não significa que o homem condena os esforços tendentes a limitar a guerra, a evitar ou reduzir as causas do conflito e persuadir os povos a manterem a paz. Obviamente tais esforços são grandes e de todos os Tempos. Só que quando é proposto, não a sua limitação, diminuição ou adiamento, mas a abolição da guerra, surge a irrealidade e com ela o perigo começa.

As Permanentes Limitações da Guerra

Poderemos nós rigorosamente limitar a Guerra? Embora sendo inevitável, a guerra é sempre mais ou menos limitada, e isto porque as forças que lhe dão origem e lhe alimentam o moral, o político, o económico e o técnico são elas próprias limitadas. De facto, os atos de violência organizada, conhecidos por guerra, são sempre limitadas pela natureza humana, com o seu mínimo indestrutível de moral restante.

Elas são limitadas politicamente porque o objeto de todas as guerras é obter uma paz em melhores condições, economicamente limitadas, pelos recursos de que a comunidade pode dispor, e tecnicamente limitadas pela extensão dos conhecimentos obtidos no pe-

ríodo de paz, preparação para a guerra e pelo grau de envolvimento que se pode e se quer tomar no decurso do conflito.

Mas períodos da história há de guerras ilimitadas, generalizadas, ou absolutas nas quais o objetivo político é a completa destruição de todo o grupo hostil.

A História é assim uma sucessão de períodos caracterizados, uns, por guerras limitadas, outros, por guerras absolutas.

Veremos sinteticamente esses períodos e as razões por que vivemos hoje um período de “Guerra Limitada”, obviamente de características bem diferentes das suas antecessoras.

Uma Perspetiva Histórica da Guerra Limitada

A Era da Guerra Limitada

Contrariamente à percepção comum, a limitação da guerra não é um fenómeno que se tenha desenvolvido com o advento das armas nucleares. Durante séculos a Guerra Limitada surgiu praticamente em vários graus e por várias razões. O exame das condições segundo as quais estas guerras foram conduzidas poderá evidenciar fatores

que influenciem presentes e futuras Guerras Limitadas.

Analisando o passado importa guardar em mente as relações entre o valor e a limitação dos objetivos e os meios para os atingir. Dois períodos na história recente ocidental, considerados como períodos em que as Guerras Limitadas prevaleceram são:

- O período entre a Paz de Westphalia (1648) e a Revolução Francesa (1792) - 144 anos;
- Entre o Congresso de Viena (1815) e a I Guerra Mundial (1914) - 100 anos.

As Guerras levadas a efeito durante estes períodos tiveram razões bem definidas, e que não ameaçavam a existência de nenhum dos beligerantes ou continham imposições económicas indevidas. Os conflitos desenvolveram-se acima de coisas como a troca de territórios tendo em vista alterar o equilíbrio do poder, mudar os termos de tratados ou mudar a sucessão dentro das nações.

As guerras foram normalmente travadas através de acordos negociados



Sir John Frederick Charles Fuller
© National Portrait Gallery, London

que evitavam a mobilização geral de cada um dos oponentes e o combater até à destruição final. Houve exceções, mas a maior parte dos conflitos entre nações foram formalizados e limitados nos objetivos e no seu desenvolvimento.

O General Fuller, reconhecido historiador militar chamou a este período após o fim da Guerra dos 30 anos (1648) até à Revolução Francesa (1792) a era das “Guerras Limitadas dos Reis Absolutos”. Foi a devastação maciça da Guerra dos 30 anos (culminar das Guerras Religiosas) que marcou a divisão entre a natureza ilimitada daquelas guerras e a chamada “prática mais humana da guerra” que se seguiu. Os Reis baseavam agora o seu poder no levantamento de exércitos profissionais limitados que se mantinham prontos para o combate, sujeitos a estrita disciplina para garantir a prontidão e comportamento adequado. Mas a população e os recursos das nações tinham sido devastados durante uma guerra de 30 anos pelo que os Exércitos eram necessariamente limitados, mas completamente separados da população civil.

Códigos militares rigorosos foram desenvolvidos, restringidas as ações bárbaras e encorajado o uso da força como uma arma da política do Estado. A guerra foi conduzida com um mínimo impacto na população civil tendo em vista evitar a completa destruição

do exército oponente. A estratégia do aniquilamento foi alterada em favor da estratégia do atrito.

Os objetivos militares foram determinados com a finalidade de cortar linhas de comunicações e bases de apoio com vista a esgotar o inimigo e forçar o Rei oponente a sentar-se à mesa das negociações. O facto de os oponentes normalmente evitarem a batalha decisiva não significa que grandes batalhas se não tenham dado neste período. No entanto, as restrições económicas, políticas e militares eram tais que a guerra durante este período pode seguramente ser chamada de “era de guerra limitada por objetivos limitados”.

Robert Osgood escreveu: “Reis e homens de estado, ansiosos por evitar os excessos da guerra dos 30 anos e determinar o emprego da força não mais do que o necessário para atingir, bem definidos e modestos objetivos, mantiveram a Guerra Limitada. A Guerra Limitada assim, servia-lhes geralmente como um meio da política dimensionada aos seus fins”.

A tecnologia militar sem dúvida teve influência na limitação do processo. No entanto esses fatores limitativos foram igualmente aplicados no século anterior, quando as Guerras Religiosas causaram a morte e a destruição que acompanhou as guerras ilimitadas. A

tecnologia, por si só, não pode explicar então a presença ou ausência de limitações. Veremos que temos hoje modelo diferente.

As guerras dos dois séculos anteriores tinham um motivo emocional e religioso, que conduziu ao desenvolvimento dos recursos necessários à destruição completa dos oponentes e ao devastar dos seus países. Os códigos militares de então desapareceram e as Unidades sob controlo marginal e inadequado sistema logístico foram forçados a viver fora do seu país. Estas condições mudaram na última metade do Séc. XVII quando murcharam as expedições religiosas e os legisladores desenvolveram o controlo político e económico da população e recursos, o que por um lado permitiu o controlo das suas forças militares e, por outro, facilitar o uso do poder militar em apoio dos objetivos do Estado.

As Guerras Napoleónicas que se seguiram ficaram na história como guerras de cruzada nacional. O intenso nacionalismo e ideologia surgidos foram os motivadores principais da natureza ilimitada da Guerra durante este curto período. O período que se segue às Guerras Napoleónicas (1815 - 1914) viu o ressurgimento do consenso nacional tendo em vista a relação entre os objetivos específicos da Guerra Limitada



Guerrilheiros boeres durante a Batalha de Spion Kop (janeiro de 1900) ▶

Por mais limitada que seja a guerra...

“Dizei a um Homem a quem a casa está em chamas que seja moderado no alarme.

Dizei a um Homem cuja mulher está nas mãos de um assaltante que tente retirá-la com moderação. Dizei a uma mãe que deve retirar gradualmente o seu filho do fogo no qual caiu”.

William Garrison

Numa proposta para a liberdade gradual dos escravos – Séc. XIX

Por mais ilimitada que seja...

“A guerra é sempre mais ou menos “limitada”, porque as forças que a gerem e alimentam, os fatores moral, político, económico e técnico são eles próprios limitados”.

Hoffmann Nikerson (Can we limit war-1933)



Regiões ocupadas pelos beligerantes na Primeira Guerra das Balcãs, 1912-1913

e os meios para os atingir. Não obstante a revolução industrial, o apoio de exércitos de massas e o crescimento do nacionalismo que foram sementes que eventualmente lideraram o ressurgimento da guerra ilimitada (pós 1914), os conflitos europeus foram, entre 1815 e 1914, limitados.

As guerras durante este período (exceto a Guerra Civil Americana) foram anotadas como guerras de curta duração e pequeno número de participantes. A manutenção de exércitos profissionais e as técnicas de gestão e de organização militares desenvolveram-se a um grau sem precedentes. Não obstante a capacidade dos exércitos se terem desenvolvido para levar a efeito a guerra em larga escala, foram impostas restrições, a principal das quais foi a limitação dos objetivos. Bismark, líder da Prússia, com forças cuidadosamente treinadas, equipadas com modernas armas e com base na conscrição, entendeu a relação entre o

poder militar e os objetivos nacionais e resistiu ao emprego do seu superpoder militar para além da sua utilidade política. Em vez de destruir a França completamente, puniu a França e reunificou a Alemanha. Não obstante os objetivos limitados da tal guerra (Franco/Prussiana), a derrota decisiva da França pela Prússia e a anexação da Alsácia e Lorena tiveram consequências a longo prazo no considerável declínio da guerra limitada, com o aproveitamento de duas forças que se desenvolveram desde a Revolução Francesa:

- O nacionalismo;
- O aumento efetivo dos meios e processos de fazer a guerra e que conduziria ao que Raymond Aron chama de “Século da Guerra Total”.

Não significa que a Guerra Franco-Prussiana marcasse o fim do período das guerras limitadas. A Guerra Hispano-Americana (1898); A Guerra

Russo-Japonesa (1904-1905); a Guerra Boer (1899-1902) e a Guerra dos Balkans (1912-1913) foram curtas e localizadas, causaram pouca erupção na sociedade e foram travadas sob objetivos limitados.

Robert Osgood caracteriza este período (1812 a 1914) como segue:

“A análise da Guerra Limitada neste período entre as Guerras Napoleónicas e a I Guerra Mundial, como no Séc. XVIII, parece colocar as suas limitações em circunstâncias que foram parcialmente fortuitas, parcialmente técnicas e económicas e em parte resultado de restrições deliberadas face a objetivos políticos da Guerra”.

A época da força do nacionalismo e de um rápido desenvolvimento das capacidades militares levaram a guerra para fora do conceito da Guerra Limitada. O nacionalismo mantém-se numa força fundamental no sistema internacional de hoje, e a tecnologia militar permitiu a aplicação do poder mais rápido, efetivo e devastador que o homem do Séc. XIX jamais sonhou. Mas a mais incrível possibilidade desta enorme capacidade militar de hoje é poder-se encontrar limitações para a guerra na era nuclear.

A ERA DA GUERRA TOTAL

A 1.ª Guerra Mundial

A 1.ª Guerra Mundial rompeu na Europa mais como uma surpresa do que como uma guerra planeada. Não havia Guerra Total na Europa há mais de um século e as guerras que tinha havido tinham sido decididas rapidamente e com relativamente pouco impacto nas populações civis. A classe média europeia via a guerra como uma monstruosidade e a “oposição ao uso da força para atingir objetivos nacionais tornou-se popular e desenvolveu-se um sentimento de que tais disputas deveriam ser tratadas pela diplomacia e negociações”.

A 1.ª Guerra Mundial é um clássico exemplo de um conflito travado sem objetivos específicos e sem um adequado equilíbrio entre objetivos e custos. A guerra não teve início como uma



Soldados ajudam camaradas feridos, após o navio em que se encontravam ter sido atingido por fogo inimigo - D-Day, 6 de junho de 1944 (Getty Images)

cruzada ideológica ou tendo como objetivo a destruição total de uma dada sociedade, mas pela forma como se desenvolveu, os custos materiais e humanos cresceram de forma alarmante.

A 1.ª Guerra Mundial é assim, ilustrativa das perigosas consequências da falha de manutenção do uso das forças armadas debaixo do controlo político e da falta de objetivos claramente definidos.

Entre Duas Grandes Guerras

O período entre as duas Grandes Guerras foi mais um período em que ocorreram guerras limitadas.

O Japão invade a Manchúria e a Índia ataca a Etiópia. São os principais exemplos. Osgood chamou-lhes “meras escaramuças durante um difícil armistício e no seio de um grande inferno”.

Alguns observadores sugeriram que tivessem as grandes potências desejado conduzir guerras limitadas nos meados dos anos 30 e a II Guerra Mundial poderia ter sido evitada. O ódio e o medo da guerra cresceu a tal ponto que as democracias ocidentais foram

incapazes de avaliar realisticamente as consequências da inação. O resultado a que a inação conduz é normalmente a capitulação ou a guerra total. O que as democracias ocidentais não compreenderam foi o fervor da ideologia fascista Alemã. Esta motivação deu à Alemanha as bases para utilizar a força como um instrumento da política num momento em que as outras nações rejeitavam usá-la.

Hitler afirmou largamente que os seus objetivos eram limitados e isto aumentou a relutância da França e da Inglaterra de o parar pela força logo em 1936. A história mostrou que os objetivos de Hitler não eram de facto limitados.

2.ª Guerra Mundial

Hitler atacou a Polónia em setembro de 1939 e Churchill diria mais tarde ao Parlamento: “Perguntam qual é a nossa política? Eu direi: é fazer a guerra por mar, terra e ar com todo o nosso querer e toda a força que Deus nos possa dar; para fazer a guerra contra

uma monstruosa tirania, nunca excedida em obscuridão, lamentável catálogo do crime humano”.

Estas palavras refletem o caráter total dos objetivos aliados e dos meios para os atingir. Tal conduziu finalmente ao uso pelos EUA de arma atômica contra o Japão. O ato da explosão destas armas relativamente pequenas não foi uma ameaça à sobrevivência de populações inteiras. Mas a tecnologia que produziu estas armas, espalhou-se por outras nações, e tem drasticamente alterado a liberdade com que as forças militares podem agora ser usadas. Do medo da explosão e da escalada nuclear resultou o ressurgimento dos conceitos de Guerra Limitada que apontou para o uso da força como um instrumento nacional da política externa.

A técnica e a tecnologia, mais que outros fatores, pelo extraordinário desenvolvimento conseguido, e pelo relevo que vieram dar ao fator Moral, limitaram a Guerra. O novo período de Guerra Limitada consequente após 1945 até aos nossos dias aconselha igualmente uma futura reflexão. □

Lamego

Ministro da Defesa Nacional visitou o Núcleo de Lamego

No âmbito do “Roteiro de Defesa Nacional”, S. Exa. o MDN visitou pelas 18h30 do dia 27 de janeiro de 2020, o Núcleo de Lamego da Liga dos Combatentes.

Este programa descentralizado, destina-se a promover um conhecimento e uma cultura de Defesa Nacional nas diferentes regiões do território nacional, em parceria estreita com os municípios e os governos regionais, criando oportunidades privilegiadas de contacto entre decisores e cidadãos, administração central e local, sociedade civil e família militar”.

Da visita ao Núcleo de Lamego, constou o seguinte programa: Receção e boas vindas, briefing sobre a atividade do Núcleo, assinatura do Livro de Honra, terminando com um espumante de honra.

Acompanhou a comitiva, o Presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Lamego, Dr. Ângelo Moura e Eng.º Alves da Silva, tendo sido recebidos pelo presidente da Direção Central da Liga dos combatentes TGen Chito Rodrigues e pelo Presidente do Núcleo de Lamego Coronel Valdemar Lima.

Na apresentação do briefing, o presidente do Núcleo de Lamego, evidenciou as principais preocupações do Núcleo, que são também as preocupações dos seus associados combatentes, onde se destacam; o apoio social e médico que é possível prestar aos sócios na atuais instalações da Sede do Núcleo, as exíguas condições das atuais instalações e a possibilidade da Autarquia ceder novas instalações num espaço já prometido, e ainda, a preocupação que é também de todos os combates, que diz respeito à aprovação do Estatuto do Combatente.

O presidente da Direção Central, TGen Chito Rodrigues, também tomou da palavra para enfatizar essencialmente as seguintes questões: Angola e a OPERAÇÃO EMBONDEIRO relativo



ao programa estruturante “Conservação das Memórias”, a problemática da lei da onerosidade relativa ao património em posse da Liga dos Combatentes, e por último sobre a aprovação do Estatuto do Combatente.

Por último, o Ministro da Defesa Nacional, realçou a importância dos objetivos que se propõe com este “Roteiro de Defesa Nacional”, referindo também

que está muito esperançado que a Assembleia da República aprove muito brevemente o Estatuto do Combatente.

Após a assinatura do Livro de Honra, o senhor ministro teve a oportunidade de falar com alguns dos combatentes presentes, inteirando-se dessa forma das suas naturais preocupações, terminando a visita com um espumante de honra. ☑

Torres Vedras

Moledo - 15.º Aniversário - Monumento de Homenagem aos Combatentes

Por iniciativa do Núcleo de Torres Vedras da Liga dos Combatentes e da sua Delegação na Lourinhã, foi comemorado o 15.º Aniversário do Monumento de Homenagem aos Combatentes de Moledo.

Daquela antiga freguesia partiram, para o então Ultramar Português, quase sete dezenas de cidadãos que, findas as respetivas missões, regressaram na sua totalidade. No programa constava uma Missa na Igreja local, uma cerimónia junto ao Monumento e um almoço de confraternização. No início do dia haviam sido hasteadas a Bandeira Nacional e as Bandeiras do Concelho, da antiga Freguesia, da atual União de Freguesias e da Liga dos Combatentes.

Durante a realização da cerimónia estiveram presentes uma Escolta de Honra constituída por duas praças, que ladearam o Monumento e um corneteiro.



Após ter sido deposta uma coroa de flores, em Homenagem aos Combatentes Mortos pela Pátria, foram prestadas as Honras regulamentares. O condutor militar colaborou na apresentação das Medalhas das Campanhas a impor a três Combatentes. Na circunscrição, usaram da palavra a Presidente da União de Freguesias de S. Barto-

lomeu dos Galegos e Moledo, Dr.ª Zita Leitão da Silva e o Secretário-geral da LC, Coronel Faustino Alves Lucas Hilário. Embora presente a Vice-presidente da CM da Lourinhã não pretendeu usar da palavra. A Cerimónia terminou com a divulgação de uma Mensagem de Sua Ex.ª o Presidente da República dirigida especialmente aos Combatentes do Moledo. ☑

Aveiro

Cerimónia de Inauguração de Memorial aos “Entes Falecidos”

Em 18 de Janeiro de 2020, a convite do Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo - Aveiro, Henrique da Rocha Vieira, o Núcleo da Liga dos Combatentes de Aveiro e a sua congénere francesa em Portugal, Association Nationale des Titulaires du Titre de Reconnaissance de la Nation (ANTRN), participaram, a par de outras associações e instituições sediadas naquela Freguesia, na cerimónia de inauguração de um memorial em honra aos “Entes Falecidos”, no cemitério de São Bernardo.

Para além das entidades civis locais, estiveram presentes, um representante da Direção do Núcleo da Liga dos Combatentes de Aveiro, Tenente Co-



ronel António Alves, o Presidente da ANTRN (Secção de Portugal), Antó-

nio Jacinto da Silva e respetivo Portageiro, Daniel Linhares. ☑

Vila Franca de Xira

Escritura de Doação da Sede do Núcleo

O Núcleo de Vila Franca de Xira da Liga dos Combatentes, tendo sido fundado em 4 de setembro de 1929, em 1937 transferiu a sua sede para o Largo Comendador Miguel Esguelha, N.º 5, onde permaneceu e desenvolveu a sua atividade até 2009, totalizando quase 72 anos naquele local.

O prédio onde se localizava a sua Sede estava degradado e o senhorio considerou que a melhor opção para todos, seria a demolição do prédio e construção de um novo edifício. As negociações para a cedência de novas instalações para o Núcleo de Vila Franca de Xira da Liga dos Combatentes continuaram a desenvolver a sua atividade, iniciaram-se no ano de 2003, pela direção de então, dirigida pelo Capitão Júlio Marques Serra, recentemente falecido, não assistindo por isso à escritura do imóvel.

As novas instalações localizadas nas Rua da Barroca de Baixo, n.º 9-9A, foram inauguradas no dia 8 de setembro de 2012, pelo Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, Presidente da Liga dos Combatentes, sendo Presidente da Direção, o Tenente-Coronel Amadeu Sebastião Lavareda Romão. Finalmente, passados quase 8 anos de negociações após a data da inauguração, pelo atual Presidente da Direção, Sargento-mor Armindo Santos Silva, o património da Liga dos Combatentes ficou mais rico, em virtude da escritura por doação no dia 29 de janeiro de 2020, a Liga dos Combatentes é proprietária de pleno direito daquele espaço.

Assistiram à realização da escritura pública por doação do proprietário, Manuel José Alves Soares e sócio apoiante n.º 176.673, para além do próprio, o Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, na qualidade de Presidente da Liga dos Combatentes, o Coronel Faustino Lucas Hilário, Secretário-geral da Direção Central da Liga dos Combatentes, o Sargento-mor Armindo



Antiga Sede do Núcleo situada no Largo Comendador Miguel Esguelha, N.º 5



Inauguração da nova Sede do Núcleo em setembro de 2012



Atualmente a Sede do Núcleo situa-se Rua da Barroca de Baixo, n.º 9-9 A

Santos Silva, Presidente da Direção do Núcleo de Vila Franca de Xira da Liga dos Combatentes, o Tenente-coronel Amadeu Sebastião Lavareda Romão, ex-Presidente do Núcleo e o representante da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e José Guerreiro, Secretário.

Após a realização da escritura seguiu-se um almoço de convívio na Sede do Núcleo de Vila Franca de Xira, com os restantes membros que compunham a delegação da Direção Central e os atuais membros da direção do Núcleo. No final as entidades presentes assinaram o livro de Honra do Núcleo. 🇵🇹

Oliv.ª de Azeméis

91.º Aniversário do Núcleo

A cerimónia foi presidida pelo Vice-presidente do Núcleo - Muri-lo Gama Pinto e marcaram presença nestas comemorações o Dr. Rui Luzes Cabral, Vice-presidente do Município, Prof. Manuel Alberto Pereira, Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, TCor Almeida Henriques em representação do Cmdt do Regimento de Engenharia 3, Ten Alfredo Nogueira em representação do Cmdt do Aeródromo de Manobra n.º 1, SCh Carlos Silva em representação do Comandante do Destacamento da Guarda Nacional Republicana de Oliveira de Azeméis, Prof. Almeida Gomes, Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes de Espinho e Oliveira do Bairro, Presidentes da Delegação de Comandos de Oliveira de Azeméis e da Associação dos Combatentes do Ultramar Português de Castelo de Paiva, todos os elementos da Direção e Associados do Núcleo da LC de Oliveira de Azeméis e famílias.

Foi prestada homenagem aos Com-



batentes que caíram ao Serviço da Pátria, para o efeito foi depositada uma coroa de flores, junto ao Monumento dos Combatentes do Ultramar, e respeitado um minuto de silêncio. A cerimónia prosseguiu no auditório da Biblioteca Municipal, com a condecoração de dois Combatentes;

Medalha Comemorativa das Campanhas das Forças Armadas:

- José Rodrigues Cardoso (Ang. 1968-70).

Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais:

- Manuel Joaquim de A. Costa (Ang. 1974-75).

Foram agraciados com o Medalhão do Núcleo e o Testemunho de Apre-

ço, os associados que completaram 50 anos de vínculo à Liga dos Combatentes:

- Cipriano Rodrigues Martins, Sócio n.º 47.150;
- Acácio Pinho Silva, Sócio n.º 47.830;
- Armindo Soares Silva Monte, Sócio n.º 47.837.

Foram agraciados com o Medalhão do Núcleo e o Testemunho de Apreço, os associados que completaram 25 anos de vínculo à Liga dos Combatentes:

- Evaristo Gomes Costa, Sócio n.º 124.026;
- António Silva Fernandes, Sócio n.º 124.731;
- Rui Aníbal B. Pinho Praça, Sócio n.º 124.732.

Após o encerramento da cerimónia, seguiu-se o almoço convívio que reuniu oitenta e cinco pessoas entre convidados, associados e familiares. 🇵🇹

Ajude-nos a Ajudar

Contribua com 0,5% do seu IRS para a Liga dos Combatentes sem quaisquer custos para si.

Na sua declaração preencha:

11 CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO			
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS			
Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input type="checkbox"/>	1101	
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input checked="" type="checkbox"/>	1101	
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.º 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)	<input type="checkbox"/>	1102	NIF 500816905 IRS <input checked="" type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/>
Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)	<input type="checkbox"/>	1103	

Oliveira do Bairro

Reunião com Núcleos do Centro

A Direção Central da Liga dos Combatentes, no âmbito da sua linha de ação programática para o ano em curso, realizou, no passado dia 18 do mês de fevereiro, uma reunião descentralizada com os núcleos do centro norte, em Oliveira do Bairro.

Da referida reunião resultou um conjunto de recomendações baseadas na auscultação dos Presidentes dos Núcleos e na confrontação de ideias com os membros da Direção Central, designadamente, com o seu Presidente, Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, que se irão refletir positivamente no funcionamento da nossa Instituição.



Cabe aqui uma palavra de apreço e reconhecimento ao Núcleo de Oliveira do Bairro da Liga dos Combatentes, como

núcleo anfitrião, pela organização e ótimo acolhimento proporcionado a todos os presentes. 🇵🇹

Toronto, Canadá

Parceria com a Royal Canadian Navy

O Núcleo da Liga dos Combatentes em Toronto, Ontario, Canadá estabeleceu uma parceria com a Royal Canadian Navy para incentivar os lusodescendentes naquela força e a beneficiarem das suas vantagens.

“Nós somos um povo do mar, descobridores do mundo, porque não dar a continuidade da nossa história aos nossos jovens”, afirmou o presidente da Associação do Ontário dos Ex-Combatentes do Ultramar-Núcleo de Toronto, Armando Branco, de 74 anos. O presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes em Toronto justificou acreditar, que devido à falta de informação não se “desperte nos jovens o interesse pelo serviço militar, pela marinha, pelo exército ou pela força aérea”.

O Núcleo apresentou o projeto de parceria numa conferência de imprensa, no sábado, na sede em Toronto, com a presença de elementos lusodescendentes da marinha canadiana, incluindo o comandante na reserva da base naval HMCS NCSM York Walter Moniz. “Esta é uma oportunidade para servirem



o Canadá e representar as suas famílias e a comunidade portuguesa. Vão aprender aquelas habilidades, não só para o serviço militar, mas para o futuro, quando deixaram a marinha, nos seus trabalhos enquanto civis. Nunca se arrependerão dessas experiências, e dessas oportunidades”, justificou Walter Moniz. O oficial na reserva da marinha de guerra canadiana destacou os benefícios e ferramentas que os jovens lusodescendentes terão ao ingressarem na marinha, pois além de oportunidades de emprego, terão ainda “ajuda financeira para prosseguirem os estudos”.

Filho de emigrantes dos Açores, Walter Moniz mostrou-se ainda “muito orgulhoso das suas origens portuguesas” e lembrou um “momento marcante da sua carreira” quando serviu num exercício da NATO em 2000.

“Já tive a oportunidade de servir junto do NRP Vasco da Gama em 2000, num exercício da NATO, com o HMCS Halifax. Foi um momento muito emocionante ao trabalhar com marinheiros e oficiais da marinha portuguesa”.

“Estou muito orgulhoso da nossa história e quero continuar a prestigiar os nossos antepassados no Canadá”, concluiu. 🇵🇹

Beja

Visita à Quinta da Atela

O núcleo de Beja da Liga dos Combatentes proporcionou aos seus associados, no dia 29 de janeiro de 2020, um passeio convívio à Quinta da Atela, em Alpiarça.

A comitiva contou com a presença de dois graduados do Regimento de Infantaria N.º 1 e de dois graduados da Base Aérea N.º 11, facto que permitiu o encontro dos militares do passado com os militares do presente. A socialização de duas gerações distintas de militares, ajudou a que todos pudessem perceber os papéis sociais que uns desempenharam, no passado, e a missão que os mais novos desempenham atualmente.

À semelhança de outros eventos, realizado pela direção do Núcleo de Beja, a visita à quinta da Atela decorreu de forma, extremamente, animada. O Cante Alentejano, como não poderia ser de outra forma, marcou presença



ao longo de toda a viagem.

Esta visita, além de proporcionar, aos associados do núcleo, um extraordinário convívio, possibilitou que os mesmos pudessem conhecerem um esplendoroso espaço e, ao mesmo tempo, compreenderem, com aprofundado detalhe, toda a envolvimento inerente à produção vinícola.

A apresentação do processo produtivo do vinho, feita com esmero profissionalismo, ficou a cargo do Enólogo da empresa, Eng.º Luís Guimarães.

Durante a visita, os cantadores dedicaram algumas modas aos colaboradores da Quinta, nomeadamente, a Susana Mateus e ao Eng.º Luís Guima-

rais, também ele um combatente.

Para além do maravilhoso passeio, merece especial destaque a forma acolhedora como fomos recebidos pelos responsáveis da Quinta da Atela. Esta empresa, em parceria com a Liga dos Combatentes, procedeu ao lançamento do vinho La Lys, em homenagem aos combatentes da Primeira Guerra Mundial. A visita terminou com um excelente almoço acompanhado do admirável vinho La Lys. A todos os que tornaram possível este evento, com especial relevo para a Direção Central e para a Administradora da Quinta da Atela, Anabela Tereso, o nosso sincero obrigado. 🇵🇹



Desfrute deste espaço maravilhoso e prove os vinhos La Lys

Turismo Rural - Eventos



Quinta da Atela

Tel: + 351 243 400 423 - eventos@quintadaatela.pt
Estrada Nacional 118, km 78 - 2090-219 Alpiarça - Portugal

Porto

Almoço de Natal

O Quartel da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, foi o local escolhido, onde, no dia 13 de dezembro de 2019, os Combatentes e familiares, confraternizaram em ambiente evidente de lauta e social satisfação. Depois de uma visita ao Mosteiro da Serra do Pilar, seguiu-se o almoço, na Messe da Unidade de Apoio do Comando de Pessoal (UnAp/ComdPess) do Exército, que permitiu um excelente e memorável momento de convívio entre os Combatentes, dando a oportunidade para recordar tempos de outrora, dessa juventude “vívida” nos diversos teatros da Guerra do Ultramar Português. Durante o almoço foram exibidos vídeos mostrando alguma das atividades realizadas pelo NPLC em 2019.

Após o almoço houve o sorteio de duas camisolas do FC do Porto, assinadas pelo seu Presidente e atletas da equipa principal de futebol, gentilmente oferecidas pela Administração da SAD do FCP. Procedeu-se à imposição da



Medalha das Campanhas a vários Combatentes do Ultramar, sendo o mais antigo agraciado, um Combatente da Campanha da Índia Portuguesa.

Pelo Vice-Presidente do NPLC, Superintendente Chefe Jorge Barreira, foram entregues os Diplomas de Apreço aos sócios que completaram 50 anos de associados da LC. Seguidamente o Vice-Presidente do Núcleo usou da palavra para agradecer em seu nome, do Presidente da Liga e do Presidente do Núcleo ao Comando do Quartel da Serra do Pilar, aos Combatentes e familiares e todos quantos estiveram envolvidos na organização do evento. Aproveitando o momento, fez referên-

cia ao apoio que a Liga presta aos seus associados através dos mais diversos serviços, enunciando alguns dos dinamizados pelo NPLC. Fez ainda um apelo aos presentes para que incentivem outros Combatentes e familiares a tornarem-se Sócios da Liga, para que esta tenha continuidade na sua nobre missão de solidariedade para com os que um dia serviram Portugal.

Seguiu-se o tradicional corte do Bolo, com espada, pelo Combatente João Lopes que prestou serviço na Índia Portuguesa (1954-1957) e pelo Vice-Presidente do NPLC. Feito um brinde, foi dado o “Grito do Combatente”, com viva à Liga dos Combatentes e votos de Boas Festas, Saúde e Bom Ano, cuja resposta em unísono, representou a identidade da LIGA e a dinâmica do Núcleo do Porto.

Fica também uma referência especial para as entidades que, para além da UnAp/ComdPess do Exército, gentilmente apoiaram esta iniciativa, designadamente o restaurante Leitões Palace, a Delta e a Casa dos Profiteiros (Porto), a Casa da Lata (Carrizado/Amareis), as Adegas de Favaio e de Guimarães, o Recheio (Braga), a Quinta da Atela (Alpiarça) e Padaria Romana (Vila Nova de Gaia).

Marinha Grande

XII Almoço-convívio dos Núcleos do Oeste

No dia 14 de dezembro de 2019, o Núcleo da Marinha Grande realizou o XII Almoço de Natal dos Núcleos Oeste (Batalha, Caldas da Rainha, Leiria, Peniche, Rio Maior e da Marinha Grande). Os Núcleos de Alcobaça e de Abiúl, enviaram uma delegação porque o Núcleo da Marinha Grande assinalou também o seu 95.º Aniversário. Acederam ao convite e honraram-nos com a sua presença a Presidente da CM da Marinha Grande - Cidália Ferreira, a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes Catarina Sarmento Castro, o Presidente da Liga dos Combatentes Gen Chito Rodrigues e o Vice-presidente MGen Fernando Aguda, os Presidentes das



JF da Marinha Grande, Moita e representante do presidente da JF de Vieira de Leiria, respetivamente Isabel Freitas, António André e Noraldo Diniz, e o representante do Comandante da Base aérea n.º 5, TCor João Botas. O Convívio iniciou-se com uma visita ao Museu Joaquim Correia, a que se seguiu a Missa na Igreja Matriz da Marinha Grande. Os convivas visitaram ainda o

museu do Vidro e o presépio que se encontrava exposto no edifício da antiga resinagem.

O Almoço aos 478 Combatentes e seus familiares foi servido nas Instalações da Feira das Atividades Económicas da Marinha Grande e decorreu num ambiente de salutar harmonia e amizade, terminando com o canto por todos os presentes do Hino da LC.

Festa de Natal na Direção Central

No dia 13 de dezembro, os colaboradores da Liga dos Combatentes, participaram, como é habitual, na festa de Natal que se realiza na sede da instituição e que teve o seu início no gabinete do Presidente da Liga, Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, com breves palavras do Vice-presidente Major-general Fernando Aguda, que saudou todos os presentes transmitindo o sentimento de disponibilidade para trabalharem na continuação dos programas da Liga dos Combatentes.

Coube ao General Chito Rodrigues o agradecimento à equipa de voluntários que formam a Direção Central, e aos funcionários que trabalham na sede em todos os departamentos, da contabilidade ao CEAMPS (Centro de Apoio médico, Psicológico e Social), aos do Museu do Combatente, do Núcleo de Lisboa e Associação Nacional dos Prisioneiros de Guerra, que ocupam instalações na sede da Liga, sobre os objetivos alcançados e a alcançar pela Liga dos Combatentes.

Houve um momento de oferta de lembranças, após o que, no Salão Nobre, o Presidente, já na presença de muitos convidados, explanou o percurso da Liga dos Combatentes constituída após a Primeira Guerra Mundial, e que continua na atualidade sempre presente em variados campos. Entre outras considerações, o general Chito Rodri-



gues agradeceu às Forças Armadas o seu apoio à Instituição. O momento musical, contou este ano, com a participação de Sandra Soares, (voz), Pedro Polónio (Piano) e Tenente-coronel

Pedro Marquês de Sousa (saxofone), apresentando fados e músicas tradicionais da época, a que se seguiu o tradicional almoço de Natal.

Departamento de Marketing





CCAÇ 2616 - José Zamith de Passos, sócio n.º 184.670 informa que se realizou no passado dia 4 de maio de 2019 em Évora, um Almoço-convívio para comemorar o 50.º Aniversário da nossa partida para a Guiné/Buba 69/71. Estiveram presentes 50 pessoas, combatentes e familiares. Honrados pela presença do nosso General Pezarat Correia e do nosso companheiro Teodorino Carvalho e sua família.



BART 1758 - José Manuel Henriques, sócio n.º 46.272, divulga que o 27.º Almoço-convívio da Bateria de Artilharia 1758 mais conhecida como "Os Macacos do Úcuá", a fim de festejar o 50.º aniversário do regresso do Norte de Angola 1967/1969, realizou-se no passado mês de outubro de 2019, em Vila Nova de Gaia. Do programa constou uma missa na Capela do Quartel da Serra do Pilar e deposição de uma coroa de flores junto ao Monumento do Quartel. Em 2020 o convívio será no dia 02 de maio no Restaurante "A Familiar", em Calçadas/Tomar. Contacto: 218 850 676; 912 699 088; 927 995 602.



CCAV 2650 - Herminio Inácio Sabino, sócio n.º 177.306 divulga que se realizou no dia 16 de novembro de 2019, em Albufeira, no Alísios Hotel um Almoço-convívio alusivo ao 50.º Aniversário da CCav 2650 "INFERNAL" (Angola 1970/72). O próximo convívio será no Samouco a 17 de maio de 2020. Contacto: hinaciosabino@gmail.com.

CCAÇ 1793 - José Nunes Filipe, sócio n.º 110.761, divulga que o Almoço-convívio da Companhia de Caçadores 1793 para festejar o 50.º aniversário de regresso à Metrópole de Moçambique realizou-se a 15 de dezembro de 2019, na Quinta de Santo António, em Mora.

Vai acontecer



BCAV 8322 - Armando Dias, sócio n.º 169.805 informa que irá decorrer no próximo dia 16 de maio de 2020 no Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, o 27.º Encontro-convívio anual de ex-combatentes (Angola 1973-1975). Contacto: 925 437 940 - email: armandoadias@sapo.pt

12.ª CCAÇEvent - João A. Morais Ferreira, sócio n.º 149.399, comunica a todos os interessados, que o próximo Almoço-convívio, da 12.ª Companhia de Caçadores Eventual "A PACAÇA" 1961/63 Nova Lisboa-Camabatela, Angola, agregada ao Batalhão 230, se realiza no dia 23 de maio de 2020, em Sta. Luzia, Região da Bairrada - Coimbra. Contactos: 916738185 - 961190924.

15.ª CCMDS - Joaquim Patrício, sócio n.º 154.561, informa de que vai realizar-se no próximo dia 2 de maio de 2020, no Restaurante Viamar, na Estrada Nacional 242 - Alfeizeirão, o Almoço-convívio da 15.ª Companhia de Comandos (Guiné). Contactos: Joaquim Patrício: 268 081 026 - 965 187 770.

BCAÇ 1888-CCS-CCAÇ 1549-PELMORT 1039 - António Manuel da Cruz, sócio n.º 150.004, divulga que o Almoço-convívio dos combatentes do BCAÇ 1888-CCS, CCAÇ 1549 e PelMort 1039, que serviram na Guiné de 1966 a 1968, vai realizar-se no próximo dia 25 de abril de 2020, em Fátima, Restaurante Pastilhas - Estrada da Batalha. Contacto: Joaquim Peixeira: 219 832 478.



Outros Convívios em: www.facebook.com/ligadoscombatentes.official/

CRISTOVÃO COLON (NÃO COLOMBO) E A NOSSA SENHORA DO Ó



João José Brandão Ferreira

Tenente-coronel Piloto Aviador
Cmtd. Linha Aérea

O mês de Dezembro é propício a esta reflexão histórica. Porquê? Simplesmente, porque o culto da Nossa Senhora do Ó é comemorado no dia 18 deste mês. E o que terá isto a ver com o célebre navegador sobre o qual impendem mais dúvidas do que certezas a começar pelas oficiais? Vamos por partes.

O culto da Nossa Senhora do Ó remonta a Toledo, à época do X Concílio (656 DC) presidido pelo Arcebispo Santo Eugénio. Neste Concílio acordou-se que a Festa da Anunciação fosse transferida para o dia 18 de Dezembro (antes era a 8 de Março). Este Concílio é ainda conhecido pela presença de três santos de origem espanhola Santo Eugénio, III Bispo de Toledo, São Frutuoso de Braga e o então Abade de Santo Ildefonso; pela célebre "Confissão" de Potâmio (bispo bracarense) e pela leitura do Testamento de S. Martinho de Dume.

Diz o Evangelho que "Maria guardava todas as coisas em seu coração (LC 2,19). E este coração guardou as aspirações santas da Mãe de Deus por ver seu Filho nascido. É isto que se celebra a 18 de Dezembro, a chamada festa da "Expectação do Parto de Nossa Senhora", que se fixou na linguagem popular como Nossa Senhora do Ó.

A denominação deu-se em razão das "antífonas" (compostas entre os séculos VII e VIII) que são cantadas entre os dias 17 e 23 do mesmo mês, antes e depois do "Magnificat" na oração das vésperas¹.

Estas antífonas iniciam-se sempre pela interjeição exclamativa "Oh", que resulta do fervoroso desejo da Igreja, na vin-

da tão cedo quanto possível, de Jesus.

As antífonas são ainda inspiradas pelos textos do Antigo Testamento que anunciam o Messias. Em todas, Jesus é invocado como "Sabedoria", "Senhor", "Raiz", "Chave", "Estrela", "Rei" e "Emanuel" - a que correspondem as palavras latinas "Sapientia", "Adonai", "Rodix", "Clavis", "Oriens, "Rex" e "Emanuel".

Neste âmbito a imagem de Maria aparece em estado de gravidez. Nestas comemorações ressaltam os anseios de Nossa Senhora em ter o menino em seus braços bem como a expectativa de incontáveis gerações que suspiram pela vinda do "Salvador" do Mundo.

Em Portugal o culto da Nossa Senhora do Ó, existe desde o início da nacionalidade e ter-se-ia iniciado em Torres Novas, onde uma antiga imagem era venerada na Capela-Mor da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo.

Esta imagem já seria conhecida desde Afonso Henriques, sendo denominada por "Nossa Senhora do Almonda" - nome do rio que banha Torres Novas - passando a designar-se no tempo de D. Sancho I como "Nossa Senhora da Alcáçova" (1187) e, a partir de 1212, quando se reedificou a Igreja, por "Nossa Senhora do Ó".

Nossa Senhora do Ó é hoje padroeira de dezenas de freguesias portuguesas, a maioria situadas nas dioceses mais setentrionais.

Na iconografia a imagem de Nossa Senhora do Ó, a bendita entre as mulheres, aparece sempre com a mão esquerda espalmada sobre o ventre, sendo que a mão direita pode também aparecer em simetria com a outra ou levantada. Por vezes a mão levantada segura um livro aberto ou uma fonte, significando ambos a fonte da vida. O culto da Nossa Senhora do Ó expandiu-se também no Brasil.

A partir do dogma da Imaculada Conceição, assumido pela Santa Sé no Século XIX (em Portugal já o era desde D. João IV, em 1646, com antecedentes

a D. Nuno Álvares Pereira), a imagem da Virgem do Ó foi retirada dos altares, enterrada debaixo dos mesmos ou disfarçada com vestes largas, a fim de esconder o ventre proeminente, tão da devoção das gestantes, sendo substituída pela "Senhora do Bom Parto", normalmente vestida de freira e já com o Menino nos braços. Deste culto só se voltou a falar no século XX.

Em Portugal a Rainha Santa Isabel peregrinou a Santiago de Compostela, em 1325, onde terá oferecido uma imagem de Nossa Senhora do Ó, existente no museu da Catedral; no Livro de Honras do Rei D. Duarte, que se julga oferecido pela sua irmã Isabel, Duquesa de Borgonha, existe uma iluminura representando a Senhora da Expectação.

Por outro lado, o Padre António Vieira dedicou-lhe um importante e original sermão, intitulado "Sermão da Nossa Senhora do Ó". Estes três exemplos creio, representam bem a importância que o culto tinha em Portugal. Fora da Península Ibérica, tirando o Brasil, já citado, o culto apenas se expandiu para algumas igrejas em França e, por via da expansão espanhola, para muitas terras da América Latina.

Ao lermos o diário de bordo de Cristó-



Imagem de Nossa Senhora do Ó



Cristóvão Colon (não Colombo)

vão Colon, referente à primeira viagem (o único que existe), que decorreu entre 3 de Agosto de 1492 e 15 de Março de 1493, podemos ler o seguinte:

“Martes, 18 de Diziembre: Estuvo en aquella playa surto este dia porque no avia viente y también porque avia dicho el cacique que avia de traer oro, no porque tuviesse en mucho el Almirante el oro diz que podia traer, pus allí no avia minas, sino por saber mejor de donde lo traíam.

Luego, en amañeciendo, mandó ataviar la nao y la caravella de armas y vanderas por la fiesta que era este dia de Santa Maria de la O o conmemoracion de la Anunciacion. Tirármos muchos tiros de lombardas y el rey de aquella isla Espanõla, diz el Almirante, avia madrugado de su casa, que devia distar cinco leguas de a allí, segun pudo juzgar y llegóa ora de terciá aquella poblacion...”

Como se sabe Cristóvão Colon mes-

mo estando proibido de tocar em território português desobedeceu três vezes a tal desiderato: a primeira vez logo após ao chegar às Antilhas (a 12 de Outubro) navegou para sul o que contrariava o acordado no Tratado de Alcáçovas/Toledo, de 1479/80; a segunda quando esteve nas águas dos Açores, tocando a Ilha de Santa Maria, entre 15 e 24 de Fevereiro de 1493 e finalmente na vinda a Lisboa, entre 3 e 13 de Março do mesmo ano.

Nesta última estadia em terra portuguesa Cristóvão Colon encontrou-se com o Rei D. João II que se encontrava em Vale do Paraíso, provavelmente no Convento de Santa Maria das Virtudes (por haver peste em Lisboa), pequena povoação a nove léguas a norte da capital, onde chegou no dia 9 de Março.

Segundo a tese oficial sobre Cristóvão Colon (de que discordamos), este teria nascido em Génova, em 1451,

filho de Domenico Colombo e Susana Fontanarossa, cardadores de lãs (tecelões) e taberneiros naquela cidade. Teria ainda três irmãos e uma irmã, dois dos quais, Bartolomeu e Jácomo o teriam acompanhado em Espanha (onde Jácomo se chamaria “Diego”) sem haver qualquer explicação para tal.

O mais tarde, primeiro Vice-Rei das Índias e Almirante do Mar Oceano teria vivido em Portugal durante oito anos (onde, “hélas”, teria aprendido o que sabia quanto às coisas do mar) entre Agosto de 1476 - data em que conseguiu salvar-se a nado após naufrágio devido a combate naval, algures na costa sul portuguesa - e fins de 1484, altura em que partiu para Castela a fim de propor aos Reis Católicos que lhe patrocinaram uma viagem de descobrimento da Índia, por ocidente, o que lhe teria sido negado pelo rei português D. João II. Tudo isto ainda, segundo a versão oficial. A questão que quero levantar é como compatibilizar esta figura de Cristóvão Colombo “italiano” de Génova, com a sua aparente devoção à Senhora do Ó, a ponto de mandar celebrar a data, quando navegava nas Antilhas (18 de Dezembro).

Como se viu do anterior existe grande devoção da Senhora do Ó (Anunciação de Maria) em Espanha e Portugal (talvez até mais em Portugal do que em Espanha, mas não sei avaliar com certeza), mas não em Itália.

Neste país – que apenas viu a sua unificação, em 20 de Setembro de 1870 – apenas existem quatro pinturas, do Século XIV, da Nossa Senhora do Ó (conhecida como Madonna del Parto), na região da Toscana, uma das quais de um pintor célebre, Piero della Francesca. Mas não existe qualquer culto.

A colónia italiana em Lisboa, cerca de 1500, era assaz numerosa, a maioria constituída por comerciantes. Tiveram o natural desejo de possuírem um local de culto. Como tal quotizaram-se e obtiveram autorização para construir a Igreja que veio a ser chamada de Nossa Senhora do Loreto, com grande devoção em todo o território italiano e que na altura (a Itália estava dividida por “cidades estado” e reinos) não levantas-

se oposições. A bula de erecção da paróquia do Loreto é de 1518, foi entregue aos cónegos de D. João de Latrão e sob a protecção espiritual do Santo Padre.

A igreja de Nossa Senhora do Loreto foi aberta ao culto no dia 8 de Fevereiro de 1522. Ainda hoje existe. Em todo o Diário de Bordo não existe mais nenhuma referência a qualquer comemoração de data religiosa ou evocação de Santo. Nem no próprio dia de Natal.

É curioso ainda notar que em Vale do Paraíso (onde Colon se foi encontrar com D. João II) se estabeleceu o culto de Nossa Senhora do Ó, o que tomou forma entre 1480 e 1500 e tem origem numa imagem de Nossa Senhora “Resplandecente” que um pastor, supostamente, encontrou no interior de um sobreiro.

Uma capela acabou por ser construída no local e mais tarde, ampliada, ficando conhecida por Igreja de Nossa Senhora do Paraíso.

Ficou concluída em 1555, pela Comendadeira do Mosteiro de Santos da Ordem de Santiago de Espada, donatária da Vila de Aveiras de Cima, a que também pertencia Vale do Paraíso (que se autonomizou como freguesia apenas em 1916). Recorde-se que foi naquele Mosteiro que Cristóvão Colon conheceu a sua mulher, Filipa Moniz que na altura era uma das 12 comendadeiras que lá habitavam.

Esta Ordem possuía ainda uma “casa de campo” entretanto desaparecida, na zona de Vale do Paraíso, região onde D. João II teve um caso amoroso com Ana de Mendonça, de que resultou o nascimento do seu filho natural D. Jorge de Lencastre, em 12 de Agosto de 1481, em Abrantes – 16 dias antes do pai se tornar rei - que viria a ser Duque de Coimbra e Governador das Ordens de Avis e Santiago dando, mais tarde, origem à Casa de Aveiro.

Este filho espúrio, cujo nascimento tolheu as relações entre o Rei e a Rainha, foi subtraído à mãe doze dias após nascer e confiado aos cuidados da infanta D. Joana, irmã de D. João II, que vivia no convento de Jesus, em Aveiro.

D. Ana Mendonça (1460 – 1542) era filha de Nuno Furtado de Mendonça (cunhado de Bartolomeu Perestrello),



Igreja de Nossa Senhora do Paraíso

aposentador-mor de D. Afonso V, e de Leonor da Silva e, ainda, sobrinha de D. Violante Nogueira, que tinha assumido a prelazia do Convento de Santos (o Velho), em 1489, sucedendo à comendadeira D. Brites de Meneses.

Violante Nogueira tinha tratado dos filhos do Rei D. Duarte, enquanto crianças, e era tia de Izeu Perestrelo, meia-irmã de Filipa Moniz. Izeu que foi casada com Pedro Correia da Cunha, que pertenceu à Guarda de Ginetes de D. João II e, mais tarde Capitão da ilha Graciosa. Esta Ana Mendonça, que tinha sido dama da Rainha de Castela, Joana a “Beltraneja” veio a ser depois, Comendadeira-Mor do Convento de Santos o Novo, para onde entrou pela mão de seu filho D. Jorge, em 8 de Julho de 1508. Curioso é notar ainda, que o lugar destinado por D. João II para construir um novo convento (Santos o Novo) para a comunidade feminina da Ordem de Santiago, se chamava “Vale do Paraíso”, e situava-se entre o Convento de Santa Clara e o Convento da Madre de Deus, onde se situa agora o extinto Hospital da Marinha. A mudança ocorreu em 5 de Setembro de 1490.

Hoje em dia existe perto da Igreja de

Vale do Paraíso uma rua perpendicular que tem o nome de “Rua 18 de Dezembro” e outra com o nome de Nossa Senhora do Ó. Desde 1562 a Igreja passou a ser gerida pela Confraria de Nossa Senhora do Paraíso, com estatutos próprios, cumprindo com os princípios das Irmandades do Reino, o que se verifica ainda hoje. Estamos em crer que os factos relatados não excluindo liminarmente a hipótese de Cristóvão Colon ser o Colombo italiano, afastam-na. Idem para a hipótese de ele ser judeu.

É claro que se poderá dizer que Colon poderia ter “apreendido” o culto da Nossa Senhora do Ó durante a sua permanência na Península Ibérica. É verdade, mas tal não invalida o que ficou dito. E muito há ainda para aprofundar. Até se descobrir a “certidão de nascimento” de Cristóvão Colon - nome que quase seguramente é um pseudónimo - ou até a ciência moderna através da análise de ADN, nos clarificar, quem ele na realidade foi, é com pequenos passos que devemos ir desmontando a tese Oficial de que Colon é um Colombo italiano e tentar desvendar os muitos mistérios que incansavelmente semeou enquanto viveu.

Como não há coincidências... mas acasos

Em meados de novembro 2019 a Leila e o Ronaldo entraram no Museu do Combatente e perguntaram se a Liga dos Combatentes continuava a receber as receitas da venda do livro do bisavô Arthur Alamihe Pinto, Florilégio Brasileiro, cuja renda foi destinada à Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em 1938. Português que se radicou no Brasil, nasceu em 27 de fevereiro de 1882 na freguesia da Encarnação, em Lisboa.

Era filho dos portugueses Alamito José Pinto, nascido em Lamego e de Margarida da Conceição Pinto, de Lisboa.

A instabilidade política e o clima de incertezas, quando da implantação da república portuguesa em 5 de outubro de 1910, fê-lo transferir-se para o Brasil, com a família, entre 1910 e 1913, onde se estabeleceu e criou a companhia de encadernação Alamihe Pinto & Cia, na Rua Misericórdia, 26, no Rio de Janeiro.

Quando deflagra a Primeira Guerra Mundial e inconformado por não se poder alistar pelo seu país, idealiza uma maneira de pelo menos ajudar os compatriotas, angariando fundos para os órfãos e viúvas de guerra quando a guerra termina, em 1918. Havia perdido há pouco uma filha de nome Celeste Costa Pinto, com apenas alguns dias de vida, e é de acreditar que a dor o fez pensar nas inúmeras perdas provo-

cadas pela guerra e, principalmente, nas crianças. A ideia não prosperou a princípio, mas nunca foi esquecida. E a sua vontade de fazer alguma coisa pelo seu QUERIDO PORTUGAL nunca se aplacou.

Como a sua indústria de encadernação prestava serviços de excelência aos intelectuais brasileiros, conhecia muitos dos académicos da Academia de Letras e deu início a uma saga, ao reunir mensagens de autoridades e intelectuais da época para Portugal, afim de elaborar, editar e comercializar um álbum, cuja receita das vendas seria destinado àqueles órfãos.

Então em 1930 retoma a empreitada com êxito, organiza essas mensagens e transforma-as num livro dedicado à Liga dos Combatentes, uma vez que o propósito inicial de reverter para os órfãos já era então descabido visto já serem de maior idade. Passados 20 anos consegue editar e publicar o livro a que chamou Florilégio Brasileiro.

O protótipo do livro com encadernação esmerada foi entregue, em sessão solene, ao Embaixador de Portugal Martinho Nobre de Melo, em 20 de julho de 1938, em cerimónia no Real Gabinete Português de Leitura, biblioteca e instituição cultural lusófona.



Dedica o livro aos seus filhos Flora, Bibiana, Esmeraldo, Ruth, Regina e Ney e aos seus saudosos pais.

A intenção era que fosse a leilão, e os recursos se destinassem à Liga dos Combatentes da Grande Guerra, assim como a comercialização dos exemplares que posteriormente fossem colocados à venda, que pelo que sabemos teriam atingido 4 milhares, e ainda hoje se vendem na internet.

O livro publicado em 1938 contém desenhos, ilustrações e as mensagens de conhecidos autores, políticos e outros, apoiando Portugal e os seus combatentes da Grande Guerra, como os Membros da Academia Brasileira de Letras, alguns já falecidos na época da edição, como: Carlos de Laet, Ramiz Galvão, Goulart de Andrade, João Ribeiro, Miguel Couto, Osório Duque-Estrada.

Arthur Alamihe Pinto faleceu em 30 de maio de 1943 de peritonite generalizada, aos 61 anos de idade, sem jamais ter retornado ao seu amado Portugal. O agradecimento da Liga dos Combatentes/Museu do Combatente, pois o propósito de iniciar uma colaboração no Brasil está firme. 🇵🇹

Isabel Martins



vision&co
cco óptica
www.cco-optica.pt

50%
desconto direto
em lentes oftálmicas



Descontos para sócios
e familiares diretos.

Av. de Roma 35A, 1700-342 Lisboa
(junto ao Hotel Roma)
De Segunda a Sexta, das 10h00 - 19h00
Sábados das 10h00 às 14h00
Tel.: 21 135 6472 / 911 050 359

30%
desconto em aros
para lentes oftálmicas

Marcação de consultas de oftalmologia com acordo IASFA e ADM.

Messe de Oficiais na Batalha 232.ª Sessão - Porto

Realizou-se no Porto, na Mesa de Oficiais da Batalha, em 09 de maio de 2019. Apresentação do Livro “As Papaias da Guiné”, do Dr. António Coelho Ferreira, pelo Autor.

Após a abertura da Sessão, pelo Superintendente-Chefe Barreira da, Vice-Presidente do Núcleo do Porto da Liga dos Combatentes, da apresentação da Obra pelo Autor e das intervenções de presentes, foi a mesma encerrada pelo Representante do GenAGE e pelo Vice-Presidente do Núcleo, tendo contado com 21 presenças. Na



Na mesa estiveram o Dr. Coelho Ferreira, o Dr. Reis Lima, Representante do Gen AGE, o Superintendente-Chefe Barreira e o Coronel Montez.

Galeria Municipal Verney 233.ª Sessão - Oeiras

Realizou-se no passado dia 21 de maio de 2019, em Oeiras, na Livraria – Galeria Municipal Verney a apresentação do Livro “Descompasso”, feito pelo autor da obra, Dr. Onofre dos Santos. A Sessão foi aberta pelo Superintendente Isaiás Fernando Ferreira Teles, Presidente do Núcleo de Oeiras/Cascais da Liga dos Combatentes, tendo-se seguido a apresentação da Obra, que suscitou diversas intervenções pelos presentes, possibilitando importantes esclarecimentos do Autor e que muito contribuíram para o interesse da Sessão, que foi encerrada pelo Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes, Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, tendo contado com 29 presenças.

Presentes na mesa estiveram o Superintendente Isaiás Fernando



Ferreira Teles, o Dr. Pedro Sousa, o Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, Dr. Onofre dos Santos e o Coronel José Montez.

Núcleo da Liga dos Combatentes 234.ª Sessão - Coimbra

Realizou-se em Coimbra, no Núcleo da Liga dos Combatentes, em 30 de maio de 2019. Apresentação do 36.º Livro da Coleção “Fim do Império” “Moçambique – Aquartelamento AK-47 – Uma História Singular” do Eng.º Carlos Duarte, pelo Dr. Agostinho Homem.

Após a abertura da Sessão pelo Presidente do Núcleo de Coimbra da Liga dos Combatentes, Tenente-coronel Silvestre Paulino, da apresentação do Autor e do apresentador da Obra, que seguidamente dissertou sobre a mesma.

Intervieram o Autor e diversos presentes à Sessão, que veio a ser encerrada pelo Presidente do Núcleo, tendo contado com 32 presenças. Na mesa estiveram o Moderador Coronel José Montez, o Presidente do Núcleo de Coimbra da LC Tenente-coronel



Silvestre Paulino, o representante do Cmdt. da BrigInt. Tenente-coronel Vicente, o apresentador Dr. Agostinho Homem e o Autor Eng.º Carlos Duarte.

Feira do Livro 235.ª Sessão - Lisboa

Realizou-se com a Âncora-Editora, em Lisboa, na Feira do Livro, no passado dia 04 de junho de 2019 a 235.ª Sessão da coleção “Fim do Império”.

Apresentados os Livros N.º 35 “Memórias Africanas e de Outros Tempos”, N.º 36 “Moçambique – Aquartelamento AK-47 – Uma História Singular” e N.º 37 “Sou Memória, Tenho Histórias” respetivamente pelos Autores, Arquiteto Eduardo Varandas, Engenheiro Carlos Duarte e Professor Doutor José Arrobas, tendo-se seguido as intervenções de alguns dos presentes.

A Sessão foi encerrada pelo Presidente do Núcleo de Oeiras/Cascais



da Liga dos Combatentes, Superintendente Isaiás Fernando Ferreira Teles, tendo contado com 17 presenças.

Na mesa estiveram o Editor da Âncora-Editora Dr. Baptista Lopes, o Engenheiro Carlos Duarte (autor), o Arquiteto Eduardo Varandas (autor), o representante do Presidente da Liga dos Combatentes Super-intendente Isaiás Fernando Ferreira Teles, o Professor Doutor José Arrobas (autor) e o moderador Coronel José Montez.



Museu do Combatente

Av. Brasília (junto à Torre de Belém)

Estão patentes no Museu do Combatente 3 exposições novas: Forças Nacionais Destacadas 2019, Operações de Paz e Humanitárias e uma do pintor Domingos Camponez sobre a mesma temática, inauguradas a 29 de maio. A última, inaugurada no dia 11 de junho, sobre o Serviço Postal Militar (SPM), que também esteve em funções no Forte do Bom Sucesso, atual Museu do Combatente, tratando os célebres AEROGRAMAS. Além disso, e incorporada na exposição das Operações de Paz, podem ver-se trabalhos de alunos do Agrupamento de Escolas de Cascais e do Colégio S. Nuno Álvares Pereira da Casa Pia. Aguardamos a sua visita.



A Trincheira

De um realismo dramático, hiper-realista, em 3 dimensões com manequins em tamanho natural, efeitos de luz e som, a vida do soldado português nas Flandres, as saudades de casa, as conversas em momentos de descanso e até naqueles em que a realidade envolvente impossibilitava conciliar o sono pelos rebentamentos sucessivos, os ataques de pânico, os feridos, o sair do abrigo provisório da trincheira para o combate corpo-a-corpo.

Eventos no Forte



O Museu do Combatente, no Forte do Bom Sucesso, tem sido escolhido para a realização de vários eventos, nomeadamente de confraternização de grupos sociais e empresariais e outros de cariz mais privado, como foi o caso dos noivos que escolheram o Forte do Bom Sucesso para celebrarem o seu casamento neste espaço nobre, junto à Torre de Belém.



História da aviação do séc. XX

Cerca de 500 modelos em escala, desde o dos irmãos Wright até aos atuais drones, passando por todos os aviões da II Guerra Mundial e das grandes batalhas aéreas.



Aberto todos os dias, incluindo fins de semana e feriados.

Das 10H00 às 18H00
Contacto: 919 903 210

Bilhetes:
4€ (adultos)

3€ (crianças a partir dos 5 anos, reformados e grupos grátis (para sócios da Liga dos Combatentes)

Uma Vivência - Angola Norte - BCaç 3838

Após a Guerra do Ultramar, dois furriéis milicianos, Vasco Maria Garcez d'Orey e Carlos Santos decidiram meter mãos à obra e, com trabalhos escritos, fotografias, alegrias medos e receios da sua vivência em Angola de 1971 a 1973 com os seus camaradas do Batalhão de Caçadores 3838, publicaram o livro que foi apresentado em 25 de janeiro no Museu do Combatente, em Belém.

A cerimónia começou junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, onde depositaram uma coroa de flores (com o Toque aos Mortos, Alvorada e Hino da Liga dos Combatentes) seguindo-se o lançamento do livro na Sala Aljubarrota do Museu do Combatente.

O TGen Joaquim Chito Rodrigues dirigiu-se a todos os presentes saudando-os e explicando o espaço onde se encontravam, e porque em 200 metros se fazem 500 anos de história, desde a Torre de Belém ao Monumento às Operações de Paz e Humanitárias, percorrendo o Passeio João Jayme Faria Afonso, o Monumento aos Combatentes do Ultramar e a Capela e Memorial onde se encontra um túmulo com uma ossada de um soldado desconhecido da Guiné.

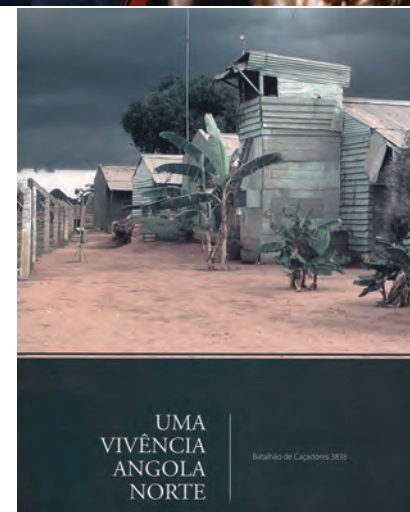
Estiveram presentes mais de 90 pessoas, todas unidas pelas ligações de família ou de amizade aos combatentes que escreveram o livro, vivenciando assim de forma comum o tempo que passaram no Ultramar. Sentados à mesa encontravam-se os comandantes ou familiares dos já falecidos pertencentes às companhias que estiveram juntas nos momentos difíceis em Angola. O Comandante Vasco d'Orey foi chamando um a um, para dizerem umas breves palavras sobre esses momentos que ficaram gravados no livro que fizeram em conjunto.

Assim deu-se voz ao hoje Coronel, mas então Capitão Eurico Catarino Lourenço, Comandante da Companhia de Comando e Serviços, sede do Batalhão em Quicabo, da Companhia de Transmissões de Infantaria Manuel Justino Garcia Ferreira, representante da companhia anexada à CCS; ao



Abílio Soares da Companhia 3341 e ao Vieira da 3342. Jorge Baptista, 1.º Cabo mecânico, deu voz à chamada, em nome do Comandante d'Orey que, num canto, emocionado, olhava a sala onde todos e de todo o País se juntaram para conviver, mas também para prestar homenagem aos caídos. Terminou o tenente-general Chito Rodrigues, Presidente da Liga dos Combatentes, agradecendo a todos por terem escolhido fazer a cerimónia no Museu do Combatente, com palavras amigas de combatente para combatente, pois o destino das suas missões foi território comum: Angola. No final, um catering preparado por familiares de Vasco d'Orey e Carlos Santos encerrou o convívio, onde se recordaram os velhos tempos e os velhos amigos.

Para adquirir o livro, contactar:



- Vasco d'Orey: Tlm 919 507 001;
- Carlos Santos: Tlm 917 728 413.

Isabel Martins. Depto. de Marketing

O MOVIMENTO NACIONAL FEMININO (MNF) (2)

ESTÃO À VENDA OS AEROGRAMAS PARA OS SOLDADOS EM SERVIÇO NO ULTRAMAR

Comunicação há, na sede da Misericórdia Nacional Feminista, à rua Presidente Berridge, 527, a distribuição das empresas lotarias de Angola para a correspondência enviada aos militares portugueses destacados nos pontos avançados e nos familiares e mães solteiras de guerra.

Este regime de lotaria foi estabelecido pelo Decreto n.º 15.545, de 15 de Junho, assinado pelo ministro de Ultramar e das Comunicações, o Sr. Bernardino Nacional Ferreira de Sá, e a sede na sala anexa à Misericórdia Nacional Feminista situada na sede na rua Presidente Berridge, 527.

Entretanto que, em Lisboa, os interessados podem dirigir-se à sede da Misericórdia, a fim de adquirirem os tickets, que são vendidos, apenas à utilidade, em moeda estrangeira, ao preço de 800.

Das prêmios, circulares, as empresas serão distribuídas gratuitamente aos soldados.

Fonte: "História do SPM" - Ernesto Barreto

Encomendas enviadas pelo MNF no PCM 131a aguardar expedição para Unidades Destacadas.

POUR DESPACHO CONJUNTO DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL, DA COORDENAÇÃO INTER-TERRITORIAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DE 09 DE JUNHO DE 1974, É EXTINTO O MOVIMENTO NACIONAL FEMININO. (Diário do Governo, II Série, nº 166 de 18-7-1974)

POUR DESPACHO DE 07 DE AGOSTO DE 1974, O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL DELEGA NA LIGA DOS COMBATENTES A RESPONSABILIDADE DE EMISSÃO DE AEROGRAMAS ATÉ AO REGRESSO DAS TROPAS DO ULTRAMAR (11 DE NOVEMBRO DE 1975).

A LIGA DOS COMBATENTES HERDOU POIS DO MOVIMENTO NACIONAL FEMININO OS SEUS VALORES MORAIS E MATERIAIS (DOCUMENTAÇÃO ESCRITA E ÁUDIO) E ACTIVIDADE, E NO FORTE DO BOM SUCESSO HOJE MUSEU DO COMBATENTE CONTINUA A PERPETUAR A MEMÓRIA DO SPM ATRAVÉS DE PLACAS EVOCATIVAS DO MESMO E DOS MILITARES AO SEU SERVIÇO.

HOMENAGEM AO FUNDADOR DO SERVIÇO POSTAL MILITAR TEN COR. ERNESTO L. D. TAPADAS FALECIDO EM 18-12-1979 201 ANIVERSÁRIO DO S P M. 1981

Foto Pedro Inácio, Museu do Combatente



Sugestões de leitura

Prisioneiros em La Lys



Autor: António Manuel de Moraes

Capa: Jorge Rocha

Impressão e Acabamento: ACD PRINT, S.A.

Fevereiro 2019

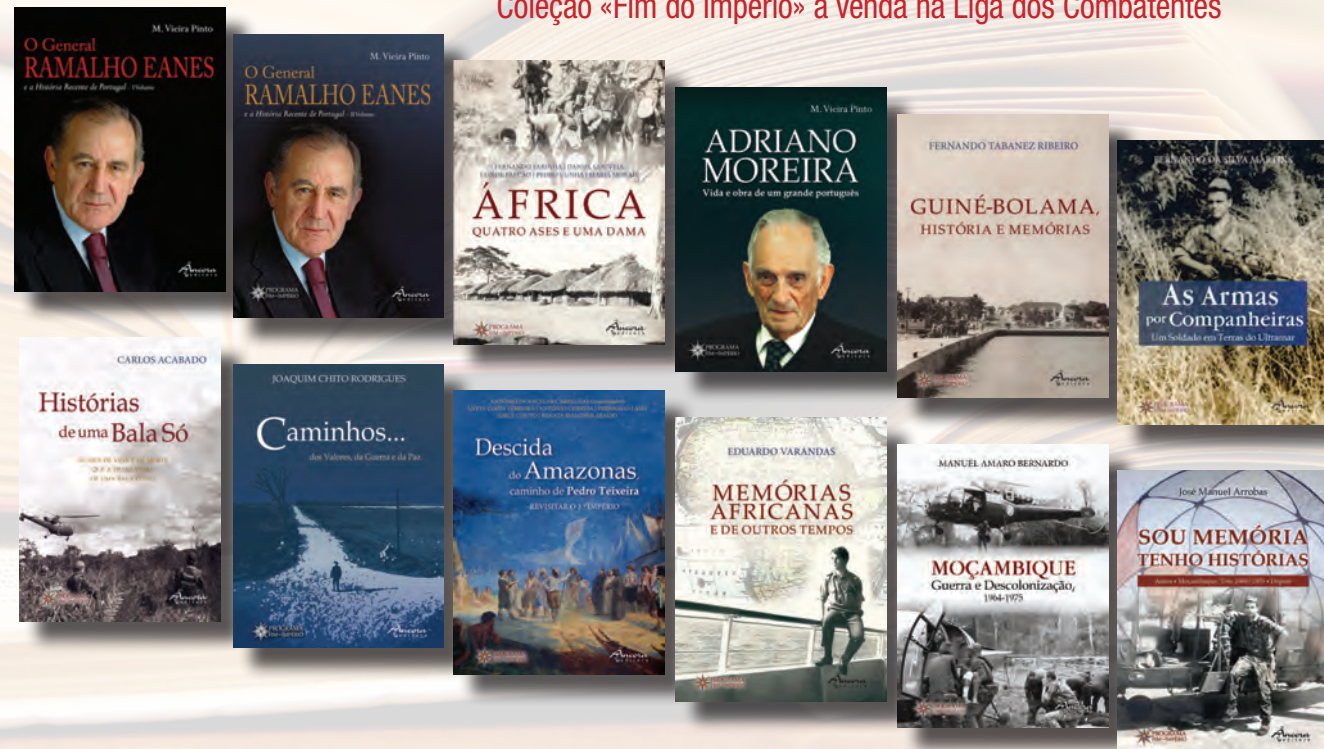
Edição limitada

À venda na Liga dos Combatentes 15,00€ + Portes de envio

António Manuel de Moraes, um Combatente da Guerra do Ultramar, escreve sobre a Grande Guerra. Viveu momentos difíceis. Escreve sobre momentos terríveis. Escolheu precisamente a situação mais terrível com que qualquer Combatente se pode confrontar numa situação de Guerra: - A de Prisioneiro de Guerra. A obra apresenta, porém, duas partes distintas. Uma em que analisa e descreve a Guerra e a participação portuguesa, dando relevo aos Combatentes da sua terra natal: Torres Vedras. Uma segunda parte, em que após uma investigação exaustiva relaciona os prisioneiros da Grande Guerra e descreve o martírio do seu dia-a-dia. Dedicando o seu livro à memória de "todos os mobilizados que combateram na Grande Guerra", escreve de uma forma livre e independente, não se deixando pela descrição dos factos e dos beligerantes, mas acrescentando sempre a sua opinião pessoal sobre os mesmos. A adjetivação usada é por vezes dura e contundente, mas revela liberdade de expressão e pensamento, não se quedando pelo politicamente correto. O sentido patriótico, porém, é evidente.

Joaquim Chito Rodrigues
Tenente-general

Coleção «Fim do Império» à venda na Liga dos Combatentes



CAMPANHA MOBILIDADE ESPECIAL SENIORES GRANDE OPORTUNIDADE



Stannah

"Aproveite esta campanha especial nas soluções de mobilidade Stannah para assinantes O Combatente. Você merece ser feliz, merece viver sem dificuldades!"

SCOOTERS DE MOBILIDADE

Recuperar a sua vida agora custa muito menos!

As scooters de mobilidade elétricas trazem um nova liberdade e independência. Agora, sempre que quiser, pode ir às compras, ao café, passear e visitar os seus familiares ou amigos. Circulam em passeios.



Desmontável

Design sofisticado

Topo de gama!

POUPE ATÉ
-500€
+ oferta

EXCLUSIVO
Assinantes
O Combatente

Experimente grátis em sua casa!

ELEVADORES DE ESCADAS

Os simples, seguros e modernos elevadores de escadas são a sua oportunidade de desfrutar do seu lar novamente!



~ Muito fácil de utilizar

~ Elimina o risco de queda nas escadas

~ Suba e desça as escadas sem qualquer esforço

~ Funciona em caso de falha de energia



POUPE ATÉ
-1000€
+ oferta

EXCLUSIVO
Assinantes
O Combatente

Stannah instala num dia!

POUPE
-300€
+ oferta

EXCLUSIVO
Assinantes
O Combatente

AQUALUXE Cabine de duche

Adaptada à medida do espaço da sua antiga banheira, com moldura cromada, painéis em vidro temperado e revestimento composto por fibras reforçadas naturais antibacteriana para combinar com a decoração da sua casa de banho. Limiar de acesso muito baixo, base antibacteriana e antiderrapante, barra de apoio, cadeira ortopédica... Cada elemento do AQUALUXE está pensado para garantir uma total segurança para que se movimente no duche com inestimável tranquilidade!



X ANTES

✓ DEPOIS

Instalação em 2 dias!

OFERTA

TV FHD led 22"
EXCLUSIVO ASSINANTES O COMBATENTE

Campanha válida até 31 de março de 2020, sem efeitos retroativos. Campanha válida para compras a pronto-pagamento. Ofertas limitadas ao stock existente. Imagens meramente ilustrativas.



Receba o Guia de Soluções de Mobilidade em casa, gratuitamente!

tel: **808 918 388**

Custo de chamada local

EXCLUSIVO ASSINANTES O COMBATENTE

As campanhas apresentadas nesta comunicação têm validade de um mês ou da data indicada e não são acumuláveis com outros descontos ou campanhas em vigor.



DEBOUT LES MORTS

EPISÓDIOS DA GRANDE GUERRA
NA PRIMEIRA PESSOA



À venda na sede da Liga dos Combatentes